ÁLVARO FRANCISCO FERNANDES NETO

EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE:

Fator de manutenção do poder econômico

Ano 2021

ÁLVARO FRANCISCO FERNANDES NETO

EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE:

Fator de manutenção do poder econômico

Ano 2021

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Natália Sandrini de Azevedo
Daphynny Pamplona
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2021 *by* Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2021 Os autores
Copyright da edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Educação da região sudeste: fator de manutenção do poder econômico

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: O autor
Autor: Álvaro Francisco Fernandes Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F363 Fernandes Neto, Álvaro Francisco
Educação da região sudeste: fator de manutenção do poder econômico / Álvaro Francisco Fernandes Neto. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-594-2
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.942212610

1. Educação - Brasil. 2. Região sudeste. I. Fernandes Neto, Álvaro Francisco. II. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Ano 2021

"O saber é a única ferramenta de produção que não está sujeita a rendimentos decrescentes."

J. M. CLARK

Ao meu querido e amado pai, Sr. Elias César Fernandes Neto (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos que me concedeu até o presente.

Agradeço este trabalho às pessoas que mais amo neste mundo: Meus Pais e Minha Irmã; Primeiros e Maiores Mestres, pois sem o Amor, a Compreensão e a Ternura destes, não teria tido forças para realizar este projeto.

Ao grande amigo Celso Figueiredo Alvaide, por seu imensurável e inesquecível apoio à realização deste projeto.

Quero também agradecer aos demais envolvidos no processo de desenvolvimento deste trabalho que de forma direta ou indireta, porém de suma importância, contribuíram para a realização desta empreitada.

PREFÁCIO

O objetivo deste trabalho é proporcionar uma visão dos mecanismos que estão disponíveis para melhorar a distribuição de renda da população brasileira em geral. Para a realização deste intento, procurar-se-á demonstrar ao longo desta pesquisa, que um dos instrumentos cabíveis é a educação, independente da faixa etária; uma vez que a globalização da economia torna imperiosa a sua constante atualização.

A metodologia empregada na confecção desta pesquisa está alicerçada basicamente na bibliografia existente, sem, contudo, deixar-se de lado, técnicas de observação direta intensiva que propiciam um estudo mais aprofundado da realidade na qual o universo em estudo está inserido.

O presente estudo procura demonstrar que a educação é a forma mais eficaz, eficiente e democrática para a melhoria da distribuição de renda da população em geral. Outro objetivo importante é mostrar que não basta ter um bom ensino à disposição do universo considerado, faz-se necessário também, que este tenha a consciência de que, para se munir de meios que possibilitem o aumento da competitividade no trabalho, estudar é imprescindível.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, na segunda metade da década de 60, passou a apresentar elevadas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) e, a partir desse período, aumentou também o interesse sobre estudos de distribuição de renda com a finalidade de averiguar-se em que medida o desenvolvimento econômico estaria promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento social.

De acordo com Albuquerque[1] "a elevada desigualdade na repartição da renda é uma das características mais perversas da economia brasileira. Na atualidade, esta característica ultrapassa os limites do econômico, assumindo dimensões de verdadeira crise social e política. A mudança desse quadro é um objetivo de caráter imperioso da política de desenvolvimento. A redistribuição de renda, seja como alternativa, seja como complemento do crescimento econômico, é um passo essencial para garantir níveis mínimos de consumo e bem-estar para uma parcela significativa da população brasileira".

O fato de se estudar a Educação como mecanismo para analisar a distribuição de renda no Brasil decorre da necessidade de se reduzir as desigualdades sociais da população brasileira que se perpetuarão no tempo se uma série de outras atitudes paralelas a esta não forem tomadas tais como: reforma tributária, aumento das exportações, reforma agrária, aumento do mercado interno etc.

Mas, antes do desenvolvimento propriamente dito deste trabalho, faz-se necessário definir o termo *ensinar*. Segundo Pullias[2], ensinar:

> "quer dizer instruir, explicar ou narrar, contudo, muito pouco pode ser ensinado neste sentido. O ensino é espera, mas existe um tempo para agir. O ensino implica exigências para que padrões externamente impostos sejam satisfeitos, embora os melhores padrões sejam feitos por si mesmos".

Para Davel[3] ensino:

> "é a transmissão de saber, na qual se ajuda o receptor a conseguir a aprendizagem".

Já Ferreira[4], menciona que ensinar:

> "vem do latim *insignare* e consiste em ministrar o ensino de; transmitir conhecimentos de; instruir; lecionar".

---

1. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.
2. PULLIAS, Earl V. A arte do magistério. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
3. DAVEL, Laerth R. G. Tratado de ensino educacional. 2.ed. Vitória: 1995.
4. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

REFERENCIAL TEÓRICO

ORIGEM DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação no Brasil começa em 29 de março de 1549, segundo Enjolras[1] que a classificou em quatro fases a saber: "A primeira fase vai de 1549 a 1930. É a mais longa de todas, e começou com a chegada dos jesuítas, em número de seis, juntamente com o governador-geral Tomé de Souza". De 1549 e 1553 as missões jesuíticas se sucederam, sempre com vistas ao atendimento da Igreja e da religião. Logo após o desembarque, constroem imediatamente os seus colégios, que eram as suas residências ou conventos. Transformam-se nos únicos educadores do Brasil, situação que perdurou até à sua expulsão, por determinação do Marquês de Pombal, em 1759. As demais ordens religiosas, como franciscanos, carmelitas e beneditinos, só chegados em 1850, mantinham regime de vida do tipo monacal e não davam à função de educar o papel principal que lhe atribuía a Companhia de Jesus. Os jesuítas eram dotados de uma rapidez extraordinária: entre dez e vinte dias após sua chegada a qualquer parte do país, as chamadas "escolas de ler e de escrever" já começavam a funcionar. Onde houvesse uma igreja, que eles também construíam, necessariamente haveria a escola. O primeiro provincial do Brasil foi Manuel da Nóbrega, e o segundo Luís da Grã, tendo o trabalho jesuítico começado na Bahia, estendendo-se depois para o sul e posteriormente pelo litoral norte.

O sistema educacional colonial era baseado nas escolas elementares dos jesuítas, frequentadas por filhos de índios e de colonos, brancos, índios ou mestiços. Foi realmente o lançamento no Brasil de uma cultura literária popular. Entretanto, Gilberto Freyre considera o missionário como o grande destruidor das culturas indígenas e "puros agentes europeus de desintegração de valores nativos", por meio dos filhos dos nativos, que acabavam por rejeitar os antigos costumes dos pais.

Os jesuítas, em matéria de educação, foram os grandes humanistas do tempo e, assim, procuraram desenvolver nos seus discípulos as atividades literárias e acadêmicas que faziam o chamado "homem culto" de Portugal: a tradição escolástica, o amor à autoridade, o desinteresse pelas ciências e o desprezo pelas atividades técnicas e artísticas.

O primeiro século de educação jesuíta foi de adaptação e construção do sistema e o segundo de extensão. O plano completo de educação da companhia de Jesus deveria abranger o curso de Letras Humanas, o de Filosofia e Ciências e o de Teologia e de Ciências Sagradas. O que mais se propagou no Brasil foi o de Letras Humanas. O degrau seguinte era o curso de Filosofia e Ciências, que começou a funcionar na Bahia. O terceiro curso era destinado somente aos que seguiriam a carreira sacerdotal, em geral o terceiro filho das famílias, uma vez que o primeiro era destinado a seguir a carreira do pai, e o segundo ao bacharelado em Direito na universidade de Coimbra.

Esse tipo de educação superior, que não era oficialmente reconhecida pela

1. CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de Problemas Brasileiros. 12ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.

Metrópole, passou a influir na hierarquia social da Colônia, onde acabou por se constituir uma aristocracia de letrados, padres-mestres, juizes e desembargadores. Das três organizações sociais coloniais que serviram de escada para a ascensão social – a família patriarcal, a igreja e a escola, duas delas estavam nas mãos da Companhia de Jesus.

Entretanto, a Metrópole impediu o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, pois, terminados os estudos na Colônia, para prosseguimento, só havia um caminho: a Universidade de Coimbra, a única existente nos domínios portugueses, para onde seguiam os brasileiros e de onde saíam formados em Filosofia, Direito e Medicina.

Paralelamente ao ensino dos jesuítas, o governo português só interferia na área educacional para a construção de escolas de artilharia e de construções e fortificações, como a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar, da Bahia (1699), e a "aula" de artilharia do Rio de Janeiro (1738), ou para impedir a fundação de uma Universidade ou da Imprensa. A primeira tipografia construída no Brasil, pelo padre Francisco de Faria, foi destruída por ordem contida na Carta Régia, de 6 de julho de 1747, sendo todo o material remetido para a Metrópole.

Com a saída dos jesuítas em 1759, a organização escolar foi extinta no Brasil, sem medidas que pudessem substituí-la. Os padres foram expulsos do Brasil, seus bens confiscados e simplesmente fechados: 25 residências, 36 missões e 17 estabelecimentos, colégios e seminários, "escolas de ler e escrever", instaladas em praticamente todas as aldeias e povoações. Só treze anos depois é que uma ordem do rei mandou estabelecer aulas de gramática, de grego e de latim, no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitanias. Outras "aulas" foram abertas em 1774, 1783 e 1800, cuja inspeção era feita pelo Vice-Rei. Os mestres nomeados não sabiam ensinar e praticamente ignoravam as matérias que lecionavam.

Até que chegassem à corte portuguesa ao Brasil, em 1808, meio século passamos em fase de desorganização e decadência do ensino.

Mas quando D. João VI aqui chegou, imediatamente começou a criar escolas especiais, para atender o mais depressa possível a necessidades específicas: prover a defesa militar da Colônia, por meio da preparação em duas escolas que foram imediatamente fundadas, a Academia de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810); prover a Marinha e o Exército de cirurgiões, sendo fundados o curso de cirurgia na Bahia e o curso de cirurgia e anatomia no Rio de janeiro (1808), aos quais se acrescentaram os de medicina (1809), ampliados em 1813; prover a falta de técnicos em economia, agricultura e indústria, com a fundação da cadeira de economia na Bahia (1808), curso de agricultura (1812), curso de química (1817) e desenho técnico (1817). Com exceção de alguns cursos isolados, como o de matemática superior em Pernambuco (1809), a obra escolar de D. João VI foi impulsionada pelos interesses imediatos e utilidade prática, mesmo assim foi uma ruptura completa com o programa do período colonial.

Proclamada a Independência em 1822 e fundado o império do Brasil, as preocupações de educação popular tomam conta da elite culta: sacerdotes, bacharéis e letrados. Disso resulta a lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo a liberdade de ensino sem restrições; o artigo 179, n.º XXXII da Constituição outorgada de 1824, que garante a 'instrução primária gratuita a todos os cidadãos", e a lei de 15 de outubro de 1827, que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugarejos e "escolas de meninas, nas cidades e vilas mais populosas". Essa foi a primeira lei que abrangeu o país como um todo, embora tivesse fracassado por causas econômicas, técnicas e políticas. Em 1832, ainda não passavam de vinte, em todo o Brasil, as escolas de meninas.

O Império acrescentou às escolas especiais fundadas por D. João VI, os dois cursos de ciências jurídicas e sociais criados pela lei de 11 de agosto de 1827; um em Olinda e outro em São Paulo, completando-se assim o quadro das escolas para a preparação dos profissionais liberais: duas de direito e duas de medicina, que, juntamente, com a Academia Real Militar e a Escola Naval, constituíram o centro mais importante da vida profissional e intelectual do país.

Após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, com a assinatura do Ato Adicional pela Regência em 1834, foi transferido às Assembléias Provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando o ensino superior a cargo da administração nacional. Essa descentralização do ensino fundamental, mantida pela República, não permitiu, durante cerca de cem anos, edificar sobre uma base sólida a estrutura do ensino superior. Assim, durante todo o século XIX, a educação arrastou-se de modo anárquico e desagregado. Não havia ligações entre o ensino primário, o médio e o superior, nem verticais e nem horizontais, umas escolas ignorando as outras, mesmo nas escolas superiores de Salvador e Rio de Janeiro. Houve, sim, um extraordinário desenvolvimento do ensino médio particular, em quase todas as províncias e principalmente nas capitais.

A criação de uma Universidade, discutida na Assembléia Constituinte e proposta mais tarde ao Conselho de Estado, e formulada em um projeto de Paulino José Soares, não passou de idéias. A única instituição de cultura geral fundada, da Independência à República, foi o Colégio D. Pedro II (1837), onde, após sete anos de curso, o estudante recebia solenemente o grau de bacharel em letras.

Durante todo o período imperial, a educação foi conduzida para a educação tipo aristocrática, destinada à preparação de uma elite, e não ao povo, marcada fortemente pelo regime de economia patriarcal agrícola.

A escravatura estimulou a preguiça e contribuiu para acentuar a repulsa pelas atividades manuais e mecânicas, consideradas "coisas de escravos". Os estudantes eram então conduzidos para as atividades públicas, administrativas e políticas.

Pelo observado no parágrafo acima, consideram-se duas razões fundamentais para o povo brasileiro desejar tanto um emprego público: uma delas seria a falta de empregos e a outra seria a tradição cultural.

A chamada instrução primária, confiada às Províncias e reduzida ao ensino da escrita, leitura e alguns cálculos, abrangia somente a décima parte da população em idade escolar. Liberato Barroso, citado por Fernando de Azevedo, calculava, em 1867, ser 107.500 o número de matriculados nas escolas primárias, para uma população livre de 8. 830.000 habitantes.

O ensino técnico, agrícola e industrial apresentava o seguinte quadro: duas escolas de comércio, uma no Rio, com 53 alunos, e outra em Pernambuco, com 25 alunos; três de agricultura, no Rio, Pará e Maranhão, somando pouco mais de 60 alunos, todas fracassadas.

Havia total descaso pela educação popular e profissional, que deveria ser orientada para as condições sociais e econômicas da época, e não para a literatura e retórica. O trabalho da terra, o mecânico e o industrial eram reservados para os ignorantes e incapazes.

Para pouco mais de cem alunos nas esparsas escolas de agricultura e comércio, em 1864, havia 8.600 alunos frequentando escolas secundárias, públicas e particulares. Na Faculdade de Direito do Recife entraram, nesse mesmo ano, 396 rapazes, e na de São Paulo, 430. O ginásio, preparando para as escolas superiores, que formavam bacharéis, tiravam os estudantes das ocupações do meio em que viviam e serviam para elevá-los em dignidade social ao colocá-los no jornalismo, ou nos cargos administrativos. As Faculdades de Direito eram as mais procuradas. No ano de 1864, por exemplo, para os 826 alunos que entraram nas duas de Direito, entraram 294 nas duas de Medicina.

Essas escolas superiores possuíam uma grande vantagem: carreavam para as suas salas de aula brasileiros de todas as províncias, que, entrando em contato, passavam a forjar a consciência nacional. Infelizmente, delas não saíam preparados para resolver os problemas do Brasil.

Durante todo esse tempo não houve esforço importante algum que pudesse incentivar a nossa população ao estudo das ciências. A única exceção foi a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, pela ação do Visconde do Rio Branco. Em 67 anos de Império tivemos apenas 163 trabalhos pedagógicos, e em nenhum deles aparece a idéia de um plano nacional de educação ou de uma atitude positiva referente ao ensino profissional.

Ao findar a monarquia, o Imperador, em sua última Fala do Trono, no dia 3 de maio de 1899, solicitava a criação de um ministério destinado à instrução pública, à fundação de escolas técnicas, à instituição de duas universidades e de faculdades de ciências e letras em algumas províncias. Essas ideias não tiveram eco e, mesmo depois da Proclamação da

República, ainda demoraram cerca de cinquenta anos para um completo amadurecimento.

A Constituição de fevereiro de 1891, primeira da República, instituiu a forma federativa e transferiu a instrução primária aos Estados, aos quais assegurou também o direito de organização do ensino em geral e o direito, não privativo, de organizar instituições de ensino secundário e superior. Assim, a República renunciou ao seu direito de dar impulso e traçar diretrizes a uma política de educação nacional.

A 19 de abril de 1890 foi criado pela República o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, cujo primeiro-ministro foi Benjamin Constant, professor da Escola Militar e introdutor do positivismo no Brasil. Um Ministério que abrangia áreas tão diferentes não podia durar muito e foi extinto em dezembro de 1892. A instrução foi transferida para o Ministério da Justiça e do Interior.

A República, pois, não realizou a transformação radical que deveria ser feita no sistema de ensino brasileiro. Tirando a reforma de Benjamim Constant, todos os outros ensaios reformistas foram hesitantes e não introduziam alterações substanciais no sistema.

Mesmo após a guerra de 1914-18, que trouxe um elenco enorme de transformações, influindo na área da educação, não houve uma política reformista educacional do governo federal. Algumas reformas importantes surgiram no Brasil, como a de 1920, de Antônio Sampaio Dória, em São Paulo, Lourenço Filho, no Ceará, Anísio Teixeira, na Bahia, e Carneiro Leão, no Rio de Janeiro, mas todas elas de caráter particular, e devido à iniciativa de alguns idealistas.

Foi também Fernando de Azevedo, um dos quatro autores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que em 1932 condenava os principais efeitos da educação: o caráter propedêutico de curso que não formava ninguém para exercer profissão alguma e a separação entre o ensino intelectual e o profissional. Os outros autores foram Anísio Teixeira, Almeida Júnior e Lourenço Filho.

Num decreto de 11 de abril de 1931, houve a grande reforma do ensino superior, o Estatuto das Universidades Brasileiras em que se adotou como regra de organização do ensino superior da República o sistema universitário. Para que se fundasse qualquer universidade havia a exigência de incorporação de, pelo menos, três institutos: de Engenharia, de Medicina e de Direito, podendo um deles ser substituído por um de Educação, Ciências e Letras. Na semana seguinte, a 18 de abril, sai outro decreto reorganizando o ensino secundário, aumentando de sete anos a sua duração e dividindo-se em duas partes: cinco de ginásio e dois de colégio. O nome instrução foi finalmente modificado para educação.

A primeira Universidade criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1920, mas não passou da agregação de três institutos superiores: Faculdade de Direito, de Medicina e a Escola Politécnica. Não houve mudança nos métodos de ensino. Em 1927 foi fundada a Universidade de Minas Gerais, também com a incorporação das três Faculdades

existentes em Belo Horizonte: Direito, Medicina e Engenharia. Continuou a universidade com os métodos tradicionais de ensino. A inovação foi apenas autonomia administrativa e didática, com o apoio de um grande patrimônio de propriedades imóveis e de um fundo de trinta mil contos em apólices do Estado.

A primeira Universidade brasileira fundada dentro do espírito do decreto de 11 de abril de 1931 foi a Universidade de São Paulo, iniciativa do governo de Arnaldo Salles de Oliveira, o que aconteceu a 25 de janeiro de 1934. O relator da Comissão de Organização foi o professor Fernando de Azevedo, o grande introdutor da reforma do ensino no Distrito Federal, e um de seus membros o maior batalhador pela criação de uma Universidade em São Paulo, Júlio Mesquita Filho.

A Constituição de 1934 adotou medidas assecuratórias de uma política nacional de educação; atribuiu à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação no Brasil e de fixar o plano nacional de educação; deu competência aos Estados de organizar e manter os seus sistemas educacionais, desde que fossem respeitadas as diretrizes da União; criou o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação e determinou a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios, e nunca menos de 20% da parte dos Estados, da renda resultante dos impostos, na educação. Ainda a constituição reconheceu a educação como um direito de todos, instituiu a liberdade de ensino em todos os ramos e graus, a liberdade de cátedra e gratuidade e obrigatoriedade, que deveriam estender-se progressivamente do ensino primário integral ao ensino educativo ulterior.

Em 1937 ocorreu o golpe de Estado, mas a nova constituição, ainda de 1937, reafirmou e levou mais longe as finalidades e as bases democráticas da educação nacional e deu ênfase especial ao ensino pré-vocacional e profissional, que se destinava "às classes menos favorecidas e é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado". A Constituição do regime ditatorial diz ainda que "é dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de suas especialidades, escolas de aprendizes destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados", podendo, pois, ser considerada a mais democrática das leis que se publicaram até então no Brasil a respeito de educação, não obstante ser um produto da ditadura.

Em 1953 já havia quinze universidades e cerca de 40 faculdades no Brasil. A maior parte delas, sem prédios adequados e sem laboratórios ou bibliotecas, crescendo sem planejamento algum. O crescimento descontrolado teria necessariamente que provocar a atual crise escolar. Nenhuma providência foi tomada para sanar o problema. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tentou aliviar o Estado de uma de suas obrigações fundamentais, o ensino público.

A primeira fase de nossa história educacional vai até 1930, quando o governo de Getúlio Vargas começou a encarar a educação como um problema nacional, o que até então não fora feito. É verdade que foi criado o Ministério da Educação, mas nos quadros

de sua organização havia mais fiscais do que educadores.

A segunda fase vai de 1930 a 1961.

Somente em 1945 dá entrada no Congresso Nacional o projeto da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ficou 16 anos sendo discutido, até ser transformado em lei, somente a 20 de dezembro de 1961. O fato é que a lei já nasceu superada, embora tivesse sido um marco na nossa história educacional, de vez que sistematizou pela primeira vez a política educacional brasileira, além de concretizar os Conselhos Federal e Estaduais de Educação, criados pela constituição de 1943. Como a constituição de 1946 já estava vigorando e dizia que a educação era uma conquista e um direito de todo cidadão, a Lei de Diretrizes e Bases a acompanhou e extinguiu a rígida centralização do ensino e permitiu alguma liberalização de currículos no grau médio.

A terceira fase vai de 1961 até 1971.

A Constituição de 1967 extinguiu a cátedra vitalícia. Em 28 de novembro de 1968, a Lei 5.540 reorganiza o ensino superior e sua articulação com a escola média, regionaliza e adapta o ensino federal às condições da cada região, substitui as cátedras pelo sistema departamental, prevê exames vestibulares abrangendo conhecimentos comuns às diversas formas de educação, sem ultrapassar o nível de complexidade do atual segundo grau e regulamenta a representação estudantil. Essa Lei foi complementada por um decreto de 11 de fevereiro de 1969, que fixou os critérios para autorização de funcionamento de universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior, regulamentou o ciclo básico e unificou os vestibulares nas regiões.

A Constituição Federal de 69 (Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969) diz em seu artigo 8º que compete à União estabelecer e executar planos nacionais de educação e legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, mas nesse último item ela não exclui a competência dos Estados, “respeitada a lei federal”.

A última fase de nosso histórico educacional está sendo atualmente vivida e teve início em 1971, com a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto, que fixa as novas diretrizes e bases para o ensino fundamental e médio. A lei estabelece que o ensino fundamental, além de tratar da formação geral, deve cuidar da sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho. E que o ensino médio deve ter predominância das disciplinas de formação especial, visando à profissionalização, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, o que pode ser feito em regime de cooperação com as empresas.

Praticamente no dia seguinte à promulgação da Lei n.º 5.692 começou o movimento chamado *Reforma da Reforma*. A décima oitava reunião conjunta de Conselhos Estaduais de Educação, realizada em Brasília, em 1981, foi o marco decisivo para a alteração da Lei n.º 5.692. Essa reunião inspirou três documentos historicamente importantes: um estudo da Conselheira Anna Bernardes, uma indicação da Conselheira Eurides Brito da Silva e um

parecer do conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza (n.º 860/81). Esses documentos iniciaram a elaboração do projeto que resultou na Lei n.º 7.044/82, que fez cessar a obrigatoriedade da profissionalização no ensino médio e transformou, no seu artigo 1º, que trata dos objetivos do ensino de fundamental e médio, a expressão "qualificação para o trabalho", preparo e capacitação de alguém para determinado emprego, em "preparação para o trabalho", expressão que retira a preocupação com a profissionalização dos educandos e com as influências do mercado de trabalho nos rumos de educação.

DIMENSÕES DA POBREZA

Embora pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, é habitual e empiricamente mais simples considerar pobreza como insuficiência de renda.

De acordo com Oliveira[2] "cabe lembrar que, como pobreza não se restringe à insuficiência de renda, mas depende, em muitos casos, de acesso a serviços públicos, como saneamento básico, a situação de pobreza metropolitana no Brasil é especialmente grave porque combina insuficiência de renda a elevados déficits de infraestrutura social, cuja oferta é essencial para garantir condições mínimas de vida em ambientes de alta densidade de ocupação."

Neste particular a evolução ocorrida no Brasil na década de 80 foi adversa, uma vez que houve agravamento da pobreza relativa, medida pela piora generalizada dos indicadores de desigualdade de rendimento, assim como aumento da pobreza absoluta, o que merece algumas qualificações.

Na verdade, os resultados verificados em termos do agravamento da pobreza se explicam em grande parte pela perversa evolução macroeconômica da última década e pela ausência de políticas compensatórias que minorassem seus efeitos sobre a população de renda mais baixa. A estagnação econômica resultou em declínio da renda per capita naquela década, que, combinada com a ocorrência de elevadas taxas de inflação, contribuiu decisivamente para o agravamento das desigualdades de renda.

O PROBLEMA DA DESIGUALDADE NO BRASIL

O Brasil conseguiu entrar para o grupo dos países com alto desenvolvimento humano, segundo as Nações Unidas, mas permanece com o título de país com maior desigualdade de renda no mundo: os 10% das famílias mais ricas amealharam 46,7% da renda brasileira, enquanto os 10% das famílias mais pobres obtiveram 1% da renda do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1997.

---

2. OLIVEIRA, Jane Souto. O Traço da Desigualdade Social no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1993.

De acordo com JRT[3] nesse aspecto, “o Brasil está em uma situação muito pior do que a média mundial. Considerando-se todos os países para os quais há dados disponíveis, os mais ricos têm uma renda sete vezes superior à dos mais pobres. Mesmo entre os países em desenvolvimento a discrepância de renda é bem menor do que a brasileira: oito vezes. O segundo país com pior distribuição de renda é a Guiné Bissau, onde a discrepância é de 28 vezes.”

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita dos 20% mais pobres da população brasileira era de US$ 578,00 na média entre 1980 e 1992. Já o PIB per capita dos 20% mais ricos era de US$ 18.563,00 (uma das mais altas do mundo). O país é citado no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1998, das Organizações das Nações Unidas - ONU, como exemplo negativo e vem piorando seus números gradativamente.

Como exemplo ilustrativo em 1960, a renda dos 50% mais pobres da população brasileira correspondia a 18% do total. Em 1995, esse percentual era ainda menor: 11,6%. O que denota uma redução substancial da renda dos mais pobres no transcorrer de curto espaço de tempo.

A ARITMÉTICA DA MISÉRIA NO BRASIL

O Banco Mundial[4] publicou uma compilação de dados de distribuição de renda para 81 países, incluindo os dados do censo de 1970 para o Brasil.

Os resultados ali revelados são muito importantes, seja em termos absolutos, seja em termos comparativos, demonstrando que o grau de concentração da renda no Brasil apresenta-se extremamente elevado, conforme Quadro 1.

É fácil constatar que ao lado da fartura, há miséria: 40% das famílias mais pobres têm que se contentar com apenas 8% da renda total, lutando pela sobrevivência com rendimentos monetários inferiores ao salário-mínimo vigente no País.

Para constatar a situação atual utilizar-se-á a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD97[5], na qual o grau de concentração apresentou declínio de 1990 até 1992, subiu em 1993, voltou a cair em 1995 e 1996 e estabilizou-se em 1997. Em comparação com os resultados encontrados a partir de 1987, o grau de concentração das remunerações de 1997 é um dos menores, superando apenas o de 1992. Em 1997, os 10% da população ocupada com as maiores remunerações detiveram 46,7% do rendimento de trabalho. Considerando o período de dez anos, este indicador de 1997 foi praticamente igual ao de 1996 (46,8%) e superou somente o de 1992 (45,1%). De 1987 a 1997, esta parcela do mais elevada do rendimento de trabalho atingiu o seu máximo em 1989 (51,5%).

3. JRT. Desigualdade é recorde no país. Folha de São Paulo, São Paulo, 10, Set, 98.
4. SHAI, Jain. Size Distribution of Income: A Compilation of Data. Washington, D.C.: World Banck, 1975.
5. Carta IBGE ano IV nº 53 Jan/Fev 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

No outro extremo, a participação dos 10% com as menores remunerações de trabalho ficou em 1,0%, igualando-se às de 1995 e de 1996 e suplantando as demais do período, conforme pode-se verificar no quadro 1.

Ano	% das famílias mais ricas	% da renda brasileira
1975	5%	36%
1975	10%	49%
1989	10%	51,5%
1992	10%	45,1%
1996	10%	46,8%
1997	10%	46,7%
1975	90%	51%
1975	40%	8%
1995	10%	1%
1996	10%	1%
1997	10%	1%

Quadro 1 - Concentração de Renda no Brasil

Fonte: Carta IBGE ano IV nº 53 Jan/Fev 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

No quadro 2, a seguir, pode-se constatar que no Nordeste, a concentração dos rendimentos foi maior, ficando os 10% das famílias mais ricas com pouco mais da metade dos rendimentos de trabalho (50,5%). Em seguida, encontrou-se o resultado do Centro-Oeste (49,2%). Este indicador ficou em 44,3%, no Sudeste, e em 43,6%, no Sul.

Região	% das famílias mais ricas	% da renda por região
Nordeste	10%	50,5%
Centro-Oeste	10%	49,2%
Sudeste	10%	44,3%
Sul	10%	43,6%

Quadro 2 - Concentração de Renda das Principais Regiões Brasileiras

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1997.

Enquanto, no Brasil, 11,5% das famílias tinham rendimento de até um salário-mínimo, 7,1% estavam na faixa de mais de 20 salários-mínimos. Verifica-se no Quadro 3 que, no Nordeste, 23,0% das famílias tinham rendimento de até um salário-mínimo, sendo este percentual acentuadamente mais elevado que os das demais regiões. Esta parcela das famílias representava 6,4%, no Sudeste; 7,4%, no Sul, e 9,1%, no Centro-Oeste. E no tocante ao rendimento de mais de 20 salários-mínimos este representava 9,5% das

famílias do Sudeste, 7,9% do Centro-Oeste, 7,2% do Sul e 3,0% do Nordeste.

Com os dados do Quadro 1 construiu-se Gráfico 1, relativo à Concentração de Renda no Brasil:
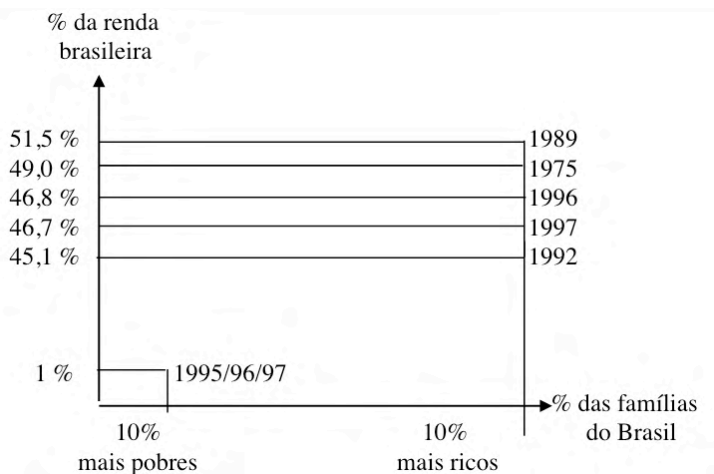
Gráfico 1 - Concentração de Renda no Brasil

A seguir é apresentado o Quadro 3 que trata sobre Rendimento em Função do Número de Salários-Mínimos das Principais Regiões Brasileiras.

% das famílias	Região	nº de salários mínimos
23,0%	Nordeste	Até 01
9,1%	Centro-Oeste	Até 01
7,4%	Sul	Até 01
6,4%	Sudeste	Até 01
% das famílias	Região	nº de salários mínimos
3,0%	Nordeste	Mais de 20
7,9%	Centro-Oeste	Mais de 20
7,2%	Sul	Mais de 20
9,5%	Sudeste	Mais de 20

Quadro 3 - Rendimento em Função do Número de Salários-Mínimos das Principais Regiões Brasileiras

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1997.

Segundo Bacha[6] para resolver o problema da miséria no Brasil, dever-se-ia: “dividir as famílias brasileiras em dois grupos, de um lado os 40% mais pobres, de outro, os 60% acima de uma linha de demarcação da pobreza, que foi situado em R$ 282,80 por mês (valores de 1999). Tal é a renda média do decil de distribuição de renda situado imediatamente acima dos 40% mais pobres. Esta renda mensal familiar praticamente iguala o salário-mínimo vigente à época do Censo, o qual seria R$ 283,40 em São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com o Censo, a renda média das famílias brasileiras em 1970 equivaleria a R$ 673,08 por mês. Já a renda média dos 40% mais pobres alcançaria apenas a R$ 129,59 por mês.

Nessas condições, para que a renda de todas as famílias pobres (ou seja, dos 40% inferiores da distribuição da renda) alcance o valor mínimo de R$ 282,80 por mês, a porcentagem da renda total que precisa ser transferida dos não-pobres para os pobres pode ser calculada por meio da expressão[7]:

$$0{,}40 \times \frac{282{,}80 - 129{,}59}{673{,}08} = 0{,}09$$

Ou seja, para se eliminar o problema da miséria no Brasil, é preciso transferir 9% da renda total dos 60% mais ricos para os mais pobres. Após esta transferência, os 40% mais pobres disporão de 17% da renda total do país, que é um valor apenas ligeiramente inferior à proporção encontrada na distribuição de renda das democracias ocidentais.

Faz pouco sentido político ou econômico redistribuir renda de todos aqueles que se encontram acima da linha de pobreza antes definida. Os 9% da renda total a serem transferidos aos mais pobres deveriam sair predominantemente da renda dos 10% mais ricos, que atualmente se apropriam da desmesurada proporção de 46,7% da renda total, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1997. Após a transferência de renda, os 10% mais ricos continuarão desfrutando de 36,7% da renda total, o que é um valor compatível com os valores observados não só nas democracias ocidentais, como também em países em desenvolvimento, como Formosa e Coréia do Sul.[8]

---

6. BACHA, Edmar Lisboa. Política Econômica e Distribuição de Renda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

7. KAKWANI, N. Measurement of poverty and negative-income tax. Washington, D.C. World Bank Development Research Center, 1975.

8. Os dados foram atualizados por meio do Banco de Informações Econômicas e Sociais (BIES)

A ELABORAÇÃO DE UM REFERENCIAL PARA MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

É necessário fixar critérios que dêem a noção exata do caminho a ser percorrido e do objetivo que se almeja para erradicar a miséria. Nos diversos países onde foi instituída uma linha de pobreza, observou-se a formação de uma consciência maior. As administrações, como é o caso da dos EUA, passaram a ser julgadas por sucessos ou falhas na redução do número de pessoas ou famílias que estivessem abaixo da linha oficial de pobreza.

Suplicy[9] menciona que em 1997, na Irlanda, “foi adotada a Estratégia Nacional contra a Pobreza. Além de ser estabelecido um padrão de pobreza, criou-se uma meta para a sua redução, assim explicitada: No período de 1997 a 2007, a Estratégia Nacional contra a Pobreza deverá reduzir o número daqueles que são consistentemente pobres de 9% a 15% para menos de 5% a 10%, de acordo com a medida da pobreza irlandesa”.

No Brasil, não existe nenhum prognóstico dessa natureza. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vem desenvolvendo estudos que tratam das desigualdades e da pobreza no Brasil. Mas não há, ainda, um critério oficial estabelecido para medir a pobreza em nosso país, o que torna difícil colocar em prática políticas sociais com metas claras e parâmetros definidos.

Em decorrência disso Suplicy[10] defende “a construção de uma linha de pobreza que fornecerá uma referência para a análise de sua extensão no Brasil e para a consecução e a orientação das políticas sociais.”

Apesar de não haver tal linha, o governo não está inerte pois cerca de 700 mil pessoas estão atualmente recebendo algum tipo de complemento de renda no Brasil, em projetos bancados por governos estaduais e, principalmente, prefeituras. A grande maioria dos beneficiados tem uma renda familiar inferior a um salário-mínimo (R$ 130), e em todos os casos existe a obrigatoriedade das crianças frequentarem escolas.

O núcleo de Estudos de Políticas da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), fez um levantamento que indica que 139.143 famílias estão sendo beneficiadas por programas de renda mínima em três Estados e 20 municípios. Além disso, pelo menos outras seis prefeituras estão se preparando para dar andamento a programas já aprovados. O número de pessoas beneficiadas é, porém, muito pequeno em comparação com o total de famílias cuja renda não atinge sequer meio salário-mínimo. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1997, 10,3 milhões de famílias têm uma renda mensal per capita inferior a R$ 65,00.

Um dos maiores problemas desses programas é encontrar fórmulas de viabilizar a independência financeira da família depois de terminado o período em que recebe a

9. SUPLICY, Eduardo Matarazzo. A Linha Oficial da Pobreza. FSP, São Paulo, 11 Jan 98.
10. SUPLICY, Eduardo Matarazzo. A Linha Oficial da Pobreza. FSP, São Paulo, 11 Jan 98.

complementação de renda. Alguns programas têm procurado inovar nesse aspecto. Um exemplo disso é o adotado pela prefeitura de Jundiaí (SP), em que é obrigatória a participação de um dos adultos da família em cursos de treinamento ou profissionalizantes. Outro caso é o de Goiânia (GO), em que se procura identificar o que impede os adultos de estarem trabalhando e se busca uma solução para o problema. Em Goiânia, em cada escola municipal que serve de base para o programa é montado um grupo de 20 a 25 famílias que se reúnem mensalmente com psicólogos e assistentes sociais para um diagnóstico sobre as razões da miséria de cada família. Além do diagnóstico, procura-se uma solução. Se a pessoa é analfabeta, passa a frequentar um curso de alfabetização. Se é alcoólica ou dependente de alguma droga ou doente, busca-se um tratamento. Se não tem qualificação, é inscrita num curso profissionalizante. Depois de um ano entre 60% e 70% dos participantes do programa foram encaminhados a alguma instituição de ajuda.

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO MUNDO

O problema ora abordado, distribuição de renda, como já mencionado, não é recente e não é exclusividade do povo brasileiro como mostra o Professor Wiles[11], economista inglês, que apresentou em Amsterdam as Conferências Dr. F. de Vries de 1974.

O Professor Wiles[12] considera "a questão da distribuição da renda nas estratégias de crescimento. Sua colocação é simples e direta. Somente a violência conduz a uma equalização substancial da distribuição da renda." O conceito a princípio choca.

Thurow[13], professor do *Massachussets Institute of Technology* – MIT, também concorda em gênero e número. O grande equalizador da distribuição da renda nos Estados Unidos foi a 2ª Guerra. Segundo ele, "do pós-guerra para cá, as razões distributivas têm permanecido substancialmente constantes."

Já Kuznets[14], prêmio nobel em economia, salienta que "antes da 2ª Guerra Mundial, pelo menos nos países europeus, houve um grande movimento equalizador nos anos vinte. Este também pode ter traçado às consequências redistributivas do 1º conflito mundial."

Há também os casos de Formosa e Coréia do Sul, nestes foi a guerra que eliminou a classe proprietária, possibilitando uma ampla reforma agrária.

Um estudo em escala mundial, do prêmio nobel Leontief[15] para as Nações Unidas, concluiu que "somente por meio de maciças transferências de renda dos países ricos para

---

11. WILES, Peter. Distribution of Income.: East and West. Amsterdam: NorthHolland, 1974.
12. WILES, Peter. Distribution of Income.: East and West. Amsterdam: NorthHolland, 1974.
13. THUROW, Lester. Generating Inequality. New York: Basic Books, 1975.
14. KUZNETS, Simon. Modern Economic Growth. New Haven: Yale Yuniversity Press, 1966.
15. LEONTIEF, Wassily. United Nations. Department of economic and Social affairs, The Future of the World Economy. New York, 1976.

os países pobres – numa escala somente imaginável após a quadruplicação dos preços do petróleo pela OPEP – é que se conseguirá superar o problema da pobreza mundial à altura do ano 2.050.”

AS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL

O exame das desigualdades de renda no Brasil, empreendido por Reis, Rodriguez e Barros, citado por Albuquerque[16] (1993), é um estudo sobre o assunto, entre o Brasil e o exterior, que os autores chamam de números da desigualdade, o qual é uma esclarecedora incursão sobre os fatores que a vêm determinando.

Esses autores, por meio de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), apontam duas causas determinantes das desigualdades interpessoais de renda:

a. a heterogeneidade qualitativa da força de trabalho, responsável por amplos diferenciais de produtividade; e

b. a segmentação do mercado de trabalho, fenômeno que ocorre, seja na sua própria organização, seja em decorrência da grande diferenciação existente entre as empresas nacionais (quanto a seu tamanho, ao uso de tecnologias mais ou menos avançadas, a origem de seu capital e a sua localização regional).

Com relação à primeira causa, concluem que a educação e a idade respondem por cerca de 50% das disparidades distributivas, com prevalência para a educação (cerca de 40%). Com relação à segunda, de natureza mais institucional, fatores como possuir ou não carteira de trabalho, ser ou não empregado de empresa estatal, bem como a localização das empresas em regiões diferentes, indicam que a segmentação do mercado de trabalho é significativa para explicar as desigualdades salariais – se bem que atenuada em virtude da mobilidade relativamente alta observada entre algumas dessas formas de compartimentação do mercado de mão de obra.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Gusso, citado por Albuquerque[17] (1993), sugere uma política de educação básica ao mesmo tempo como desafio à democratização e à competitividade, ao apontar a contradição entre os níveis, altamente concentrados, de desenvolvimento material alcançados pelo país e os seus baixos padrões de desenvolvimento cultural, numa análise

---

16. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, 1993.

17. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

em que se interpenetram e se contrapõem o econômico, o social e o político.

O economista Dahlman[18], alertou para os riscos de alargamento do fosso educacional e tecnológico entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Segundo ele "Essa brecha pode resultar não só em um maior distanciamento entre países ricos e pobres, mas também pode intensificar as tensões sociais no interior das sociedades menos desenvolvidas".

O autor discorreu também sobre "Os desafios da revolução do conhecimento para a indústria", e chamou a atenção para as gritantes diferenças educacionais e de infraestrutura entre os países desenvolvidos e alguns em desenvolvimento, com foco na questão brasileira. Mencionou que o Brasil tem uma estratificação educacional muito baixa no ensino básico de sua população, mas também nos níveis médio e superior, ao contrário de países asiáticos. Afirmou ainda, que "mesmo no ensino superior, as mudanças foram muito pequenas nos últimos vinte anos".

Disse ainda, que "O Brasil exibe um quadro educacional incompatível com sua posição de 10ª maior base industrial do mundo". Para Dahlman, níveis educacionais são fundamentais para que uma sociedade absorva mais tecnologia e ingresse na era da revolução do conhecimento, "hoje a mola-mestra do desenvolvimento social e econômico". Segundo ele, o sistema de financiamento à educação é também importante para se determinar o nível de conhecimento e de globalização de algumas sociedades. Em países como a Coréia do Sul e Taiwan, dois terços do ensino, de todos os níveis, foi financiado nos últimos anos pelas famílias e as empresas.

Na opinião de Dahlman, o fato de o Brasil estar atrasado em termos educacionais e, consequentemente, tecnológicos, faz com que ele tenha também uma inserção lenta no quadro de globalização mundial. Ele afirmou que dados acerca da natureza do avanço tecnológico recente e sua influência nas economias estão arrolados no relatório "Conhecimento para o Desenvolvimento", do Banco Mundial, ainda não divulgado.

Os avanços na alfabetização e na extensão da escolaridade, demonstra que esse processo, a despeito de seus méritos, foi feito de forma centralizada e padronizada; desatenta à diversidade de suas clientelas, espacialmente desiguais, gerando o analfabetismo funcional (caracterizado pelo domínio insuficiente dos códigos comunicativos e das capacidades cognitivas essenciais), a subescolarização dos segmentos menos produtivos e mais pobres da sociedade; num reconhecimento explícito da correlação verificada entre sua educação e baixos níveis de renda. O problema, não está tanto na suficiência das redes educacionais, porém na eficácia de sua operação e, principalmente, na eficácia dos processos de ensino adotados.

No que concerne à universalização e extensão da escolaridade básica, iniciativas

18. DAHLMAN, Carl. Do Banco Mundial (Bird). No Seminário O Futuro da Indústria no Início do Século XXI que ocorreu em 23 Março de 1999.

capazes de provocar alterações de ordem normativo-cultural e comportamental no sistema escolar, estimuladoras da transdisciplinaridade, da autonomia da aprendizagem e do dinamismo no processamento de informações, além de outras mediadas de natureza técnico-pedagógica e político-institucional."

OS NÚMEROS DA DESIGUALDADE

Quando o Brasil é comparado com alguns dos países que pertencem ao grupo classificado como renda média baixa pelo Banco Mundial, pode-se verificar que as diferenças com respeito a alguns países vizinhos da América Latina são marcantes. A Colômbia, por exemplo, apresentava em 1988, uma relação de 3 para 1 entre as parcelas de renda auferidas pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, o que contrasta com a relação observada em 1983 no Brasil, da ordem de 5,7 vezes. Além disso deve-se considerar que os números para a Colômbia se referem à distribuição da renda familiar per capita, enquanto os do Brasil referem-se à renda familiar total. Como as famílias pobres tendem a ser mais numerosas, é possível que as diferenças no grau de concentração de renda entre os dois países sejam ainda maiores.

A evolução do *Índice de Gini* entre 1960/1970 foi de 0,5 para 0,6 e desde então manteve-se com poucas variações, muitas delas, a rigor, estatisticamente desprezíveis. Além disto pode-se constatar também que a região Sudeste apresenta um índice maior 1,8% que a região Sul.

O Quadro 4 a seguir, apresenta o *Índice de Gini* da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 10 anos ou mais de Idade, no ano de 1997, por Grandes Regiões brasileiras.

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0,574	0,589	0,566	0,556	0,606

Quadro 4 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 10 anos ou mais de Idade, com Rendimento, por Grandes Regiões – 1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1997.

EDUCAÇÃO X RENDA

De acordo com Albuquerque[19] "a elevada concentração da renda deve-se tanto à má distribuição da educação na força de trabalho como à forte inclinação do perfil de salários médios por grupos educacionais."

19. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, 1993.

Ilustrando o presente tema verifica-se segundo Lam e Levison[20] “a desigualdade na distribuição de educação é cerca de quatro vezes maior no Brasil do que nos Estados Unidos, quando medida pelo coeficiente de variação dos anos de estudo. Já os salários crescem cerca de 15% por ano de estudo, crescimento este bem maior do que se observa internacionalmente, mesmo em países em estágio de desenvolvimento semelhante ao Brasil.”

Analisando-se, por exemplo, os dados da década de 70 e 80, constata-se a alta concentração da PEA no nível de educação fundamental, no caso brasileiro, contrasta com os percentuais observados na Colômbia e no Peru. Note-se, ademais, que enquanto no Brasil as remunerações médias do grupo com instrução superior mantiveram-se, nos anos selecionados, em torno de cinco vezes a renda média do grupo com educação fundamental, na Colômbia esta mesma relação caiu de 5,3 em para apenas 3,3.

Observando-se as pesquisas de Reis e Barros[21], verifica-se “o fato de a contribuição da educação ser maior que a da idade tem implicações importantes. A primeira é que a heterogeneidade entre trabalhadores, no Brasil, é mais importante do ponto de vista do bem-estar, uma vez que, ao contrário da idade, a educação é um atributo que diferencia de forma permanente os indivíduos. Mesmo quando os salários variam significativamente por faixa etária portanto, mesmo quando a distribuição etária da população contribui decisivamente para a diferenciação salarial, cada indivíduo percorrerá durante seu ciclo de vida todo o espectro salarial, de forma que, de um ponto de vista dinâmico, estas desigualdades salariais podem ser ignoradas. Em função disto, alguns autores consideram mesmo que a diferenciação salarial decorrente de diferenças etárias entre trabalhadores deveria ser desconsiderada na análise da desigualdade salarial, quando analisada sob o prisma do bem-estar. A segunda implicação importante diz respeito à possibilidade de ação de política. Tendo em vista que parcela considerável dos investimentos feitos em educação é controlada diretamente pelo governo, tem-se aí um importante mecanismo por meios do qual ele pode atuar no sentido de reduzir a desigualdade salarial.”

SEGMENTAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Para Albuquerque[22] “outra fonte de desigualdade salarial provém do pagamento de remunerações distintas a trabalhadores identicamente produtivos. Trata-se do fenômeno conhecido na literatura como segmentação no mercado de trabalho. Duas são as razões

---

20. LAM, D. e LEVISON. D. Age, experience and schooling earnings inequality in U.S. and Brazil. University of Michigan, populations studies Center, 1987.
21. REIS, j. g. a. e BARROS, R. P. de. Desigualdade salarial e Distribuição de Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada., 1989.
22. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, 1993.

mais comumente alegadas para a segmentação[23]: aspectos institucionais, aí incluídos a ação dos sindicatos e os efeitos da legislação trabalhista, e a heterogeneidade das firmas, que engloba fatores tão diversos como tecnologia, tamanho e origem do capital, entre outros. Estes fatores encontram-se, em geral, altamente correlacionados, dificultando a identificação dos determinantes efetivos da segmentação."

Entre os indicadores de segmentação, um dos mais analisados tem sido a posse da carteira de trabalho, uma forma específica de segmentação institucional, conforme pode-se constatar nos dois próximos quadros.

Rendimento Médio-Trabalho Principal		Idade Mínima: 15 Anos				
Estimativas	TOTAL	Regiões Metropolitanas				
		Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
Rend. Méd. Sal. Mín. Pessoas Ocupadas	5,52	3,07	3,14	4,54	4,75	6,55
SETOR DE ATIVIDADE:						
Indústria de Transformação	5,95	3,54	4,47	4,97	4,81	7,14
Construção Civil	3,62	2,41	2,58	3,38	3,20	4,39
Comércio	4,64	2,67	3,00	4,14	4,17	5,76
Serviços	5,29	3,03	3,00	4,45	4,88	6,66
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:						
Empregos com Carteira Assinada	5,14	3,25	3,27	4,11	4,74	6,37
Empregos sem Carteira Assinada	4,11	2,54	2,52	4,03	4,04	4,61
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO						
Empregados com Carteira Assinada	5,85	3,40	5,11	4,57	4,90	6,97
CONSTRUÇÃO CIVIL:						
Empregados com Carteira Assinada	4,31	2,94	3,06	3,76	3,96	5,62
Empregados sem Carteira Assinada	2,30	1,34	1,58	1,58	2,20	2,68
SERVIÇOS:						
Empregados com Carteira Assinada	5,15	3,30	3,07	4,10	4,88	6,42
Empregados sem Carteira Assinada	3,47	2,12	1,95	3,47	3,25	4,07

Quadro nº 5 - Pesquisa Mensal de Emprego

Estimativas do Mês de Junho de 1998

Fonte – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Empregos e Rendimentos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1998.

O Quadro 6 aborda a pesquisa mensal de emprego e as estimativas do mês de

23. Nota: Uma outra forma de segmentação, que não será tratada, é a que se baseia em atributos não produtivos, tais como raça e sexo pois trata-se de discriminação no mercado de trabalho.

Junho de 1999.

Rendimento Médio-Trabalho Principal		Idade Mínima: 15 Anos				
Estimativas	TOTAL	Regiões Metropolitanas				
		Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Saulo
Rend. Méd. Sal. Mín. Pessoas Ocupadas	5,02	3,07	3,07	4,15	4,67	6,17
SETOR DE ATIVIDADE:						
Indústria de Transformação	5,64	3,37	4,92	4,39	4,80	6,71
Construção Civil	3,56	2,43	2,64	2,99	3,39	4,25
Comércio	4,09	2,91	2,55	3,37	3,88	4,89
Serviços	5,17	2,95	3,07	4,22	4,87	6,42
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:						
Empregos com Carteira Assinada	4,98	3,29	3,49	3,71	4,60	6,16
Empregos sem Carteira Assinada	4,20	2,78	3,29	4,01	4,17	4,73
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO						
Empregados com Carteira Assinada	5,65	3,43	5,49	4,24	5,08	6,68
CONSTRUÇÃO CIVIL:						
Empregados com Carteira Assinada	4,40	3,20	4,04	3,05	3,94	5,69
Empregados sem Carteira Assinada	2,40	2,06	1,43	2,06	2,01	3,12
SERVIÇOS:						
Empregados com Carteira Assinada	5,02	3,19	3,28	3,72	4,71	6,28
Empregados sem Carteira Assinada	3,79	2,16	1,83	3,56	3,56	4,56

Quadro nº 6 - Pesquisa Mensal de Emprego

Estimativas do Mês de Junho de 1999 Fonte – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Empregos e Rendimentos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1999.

Como caso ilustrativo verifica-se que Barros e Varandas[24] constataram que o grupo de trabalhadores com carteira recebe salários em média bem mais elevados do que aqueles sem carteira. Estes diferenciais poderiam ser explicados pelo maior nível educacional e maior experiência dos trabalhadores com carteira, o que os tornariam mais produtivos. Contudo, persiste um diferencial, da ordem de 15 a 20%, mesmo quando diversos atributos observáveis são controlados. Ainda que diferenças nas dotações de atributos não observáveis possam explicar este diferencial, sua persistência ao longo do tempo tende a corroborar a hipótese de alguma segmentação associada à posse da carteira."

Analisando os estudos de Macedo[25] e, também com base em dados da RAIS,

24. BARROS, R. e VARANDAS, S. A Carteira de trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil. Revista da Anpec, Ano X, nº 12, 1987.

25. MACEDO, R. Os Salários nas Empresas Estatais. Ed Nobel, 1985.

observa-se “os diferenciais de salários entre trabalhadores de empresas estatais e privadas. O estudo se restringe à comparação de salários de trabalhadores de uma empresa de cada tipo, em apenas um setor de atividade não especificado, o que limita, segundo o próprio autor as possibilidades de generalização dos resultados. Ainda assim, os resultados são expressivos: mesmo após controlar o efeito dos atributos sexo, idade e educação, persistem diferenciais expressivos de salários favoráveis à empresa estatal.”

Observando-se os dados obtidos por Savedoff [26] constata-se a “persistência de significativos diferenciais de salários entre regiões metropolitanas do país, mesmo após controlar por diferenças de custo de vida, por características pessoais e pela estrutura setorial e de ocupações. A interpretação do autor para estes diferenciais é que eles refletem o fato de que a proporção de bons e maus empregos é diferenciada entre as regiões, o que não é adequadamente captado pelas variáveis setoriais utilizadas. Em suma, as evidências obtidas parecem indicar a existência de diferenciais significativos de salários entre trabalhadores de ocupações homogêneas em empregos distintos. Em outras palavras, a segmentação parece ser um elemento importante para explicar a elevada desigualdade salarial observada no Brasil.”

É notório, comenta Albuquerque[27], que “existe uma gama de fatores associados ao que se conhece como distribuição funcional da renda, isto é, à repartição da renda entre salários, lucros, aluguéis, juros etc. Infelizmente são escassas e parciais as informações existentes sobre este tema no Brasil, dificultando uma análise satisfatória. Este fato conduz, muitas vezes a uma superestimação do papel da distribuição funcional da renda. É frequente, por exemplo, generalizar características próprias dos setores mais dinâmicos para a economia como um todo.”

Não se pode abordar a análise dos determinantes da desigualdade sem discutir o papel da inflação. Na literatura sobre os processos inflacionários é consensual a idéia de que estes processos geram transferências de renda entre os diversos grupos sociais.

A inflação é concentradora de renda pois os segmentos da população de mais baixa renda têm menor capacidade de se defender da corrosão provocada pela inflação. O imposto inflacionário é regressivo, ou seja, incide de forma mais intensa sobre os grupos de renda mais baixa, que não têm acesso aos instrumentos financeiros de proteção.

Seriam desejáveis, como instrumento redistribuidor, a implementação e a ampliação de programas sociais com o intuito de cobrir as necessidades básicas da população mais carente. É claro que o impacto redistributivo de tais transferências seria maximizado se fossem financiadas por meio de tributação progressiva. Esta preferência revelada por impostos, e não por tentativas de modificação direta da renda dos segmentos mais pobres

26. SAVEDOFF, W. The Stability of Regional Wage Diferentials in Brazil. Rio de janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988.
27. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

por meio, por exemplo, do salário-mínimo, decorre de uma avaliação pouco otimista acerca da capacidade de uma política de salário-mínimo vir a afetar, de maneira decisiva, o nível de renda da população mais pobre.

Para o longo prazo, vê-se como mecanismo mais eficaz a ampliação do conjunto de oportunidades da população de elevar seu nível de qualificação de maneira a se tornar mais produtiva. O instrumento por excelência para tal seria a política educacional, cabendo ao setor público o papel mais importante

Deve-se considerar, no entanto, que nem toda expansão educacional tem os mesmos efeitos redistributivos a curto prazo. Caso, por exemplo, se tente reduzir a desigualdade educacional via crescimento da proporção da força de trabalho com instrução superior, haverá, a curto prazo, uma elevação da desigualdade salarial, em virtude do inchamento da cauda superior da distribuição de salários. É de se esperar que, numa segunda etapa, a oferta adicional de trabalhadores com nível superior conduza a uma redução do salário deste grupo em relação aos demais, levando então à redução na desigualdade salarial. Por outro lado, mudanças na distribuição de educação por meio da redução do analfabetismo levariam, de imediato, a uma redução na cauda inferior da distribuição de salários e, por conseguinte, a uma redução na desigualdade salarial em um momento subsequente, reforçando a redução na desigualdade.

Dessa forma, do ponto de vista distributivo, a escolha entre uma ou outra política de investimentos em educação fica condicionada ao formato apresentado pelo perfil salarial dos grupos educacionais e sua sensibilidade à oferta relativa de trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Cabe registrar que permanece desconhecido se a forte inclinação do perfil salário-educação se deve a uma insuficiente oferta de mão-de-obra qualificada, ou ao próprio funcionamento do mercado de trabalho, ou à intervenção do governo neste mercado. O conhecimento das causas desta forte inclinação poderia também muito contribuir para avaliar sua sensibilidade a mudanças na distribuição de educação.

A participação de menores na força de trabalho pode ser interpretada como evidência de que os baixos níveis de escolaridade da população se devem a decisões das próprias famílias no sentido de orientar a participação dos menores em atividades geradoras de renda, como estratégia de sobrevivência. Nestes casos, as políticas educacionais devem ser acompanhadas de programas sociais que permitam às famílias reorientarem a alocação de seus membros em atividades de qualificação.

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Para Ramos[28] "não há consenso na literatura econômica acerca da relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e distribuição de renda, e, naturalmente, a discussão sobre qual seria a evolução natural da desigualdade no curso do processo de desenvolvimento tem ocupado lugar de destaque no debate político e econômico."

As teorias econômicas não são particularmente férteis no tocante aos efeitos distributivos do processo de desenvolvimento econômico. Ramos[29] comenta que "esta omissão não deve, na realidade, constituir surpresa, pois tanto o fato de que tais efeitos não são características isoladas do processo, mas sim, resultantes da complexa estrutura de funcionamento do sistema como a diversidade dos países em relação à natureza de suas bases socioeconômicas dificultam sobremaneira o surgimento de contribuições mais positivas no plano teórico."

Para melhor explicar o acima exposto cita-se um estudo nos Estados Unidos, onde Blank[30] em 1989, "encontrou forte evidência de que os efeitos são distintos entre os diferentes componentes da renda, assim como entre diferentes grupos socioeconômicos (conforme determinado por gênero e raça) para um mesmo componente. Os seus resultados confirmam que a distribuição tende a melhorar na parte superior do ciclo, devido principalmente a um comportamento extremamente pró-ciclo da renda do trabalho dos chefes de domicílios entre os pobres, causado por uma responsabilidade das taxas de salário e horas trabalhadas à atividade econômica."

Verifica-se também que o crescimento cíclico de curto prazo não apenas melhora a distribuição da renda entre os subgrupos populacionais, como também diminui a dispersão da renda dentro destes grupos. Isto pode ser entendido como uma indicação de que outros determinantes da renda individual, além daqueles considerados no estudo, são também afetados pelo ciclo econômico, tornando mister uma avaliação mais detalhada das transformações econômicas subjacentes.

É importante frisar que este trabalho visa deliberadamente à questão da desigualdade, o que não implica dizer que este é o único aspecto relevante a se considerar quando da comparação de distribuições alternativas. Sem dúvida, a comparação das respectivas médias também é extremamente importante, quando pouco devido à sua estreita relação com a extensão da incidência de pobreza (para uma mesma desigualdade, tanto maior será o contingente de pobres quanto menor for a renda per capita).

---

28. RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. A Distribuição de Rendimentos: 1967/85. Rio de Janeiro, instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.
29. RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. A Distribuição de Rendimentos: 1967/85. Rio de Janeiro, instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.
30. BLANK, R. Disaggregationg the Effects of the Business Cycle on the Distribution of Income. Economica, nº 56, p. 141-163, 1987.

Considerando-se os estudos de Langoni[31] procurou-se avaliar os efeitos distributivos induzidos pelas mudanças nas estruturas regional e setorial da força de trabalho, assim "como o seu perfil de acordo com gênero, idade e educação. Concentrando sua atenção no papel da educação, uma vez que, de acordo com a teoria do capital humano da qual ele era adepto, esta deveria ser a variável mais importante para a explicação da desigualdade. Ele sugeriu, que apesar do aumento no nível médio da escolaridade da força de trabalho, a distribuição tornou-se menos igualitária em consequência de uma acentuada expansão do ensino superior *vis-à-vis* o ensino básico e intermediário. Assim, as transformações da economia não foram acompanhadas de uma redução nos diferenciais de renda associados à educação e, portanto, a degradação distributiva foi uma consequência natural do processo."

Usando a variância dos logaritmos da renda, Langoni estimou que 35% da variação observada na desigualdade entre 1960 e 1970 foram gerados pelas mudanças na composição educacional da força de trabalho. Este percentual compara-se a apenas 23% devido às mudanças nas rendas médias relativas entre as categorias ocupacionais, sendo os 42% restantes explicados pelo crescimento das desigualdades no interior destas categorias. Em suma, o crescimento desbalanceado da escolaridade dos trabalhadores teria sido o principal fator responsável pelo aumento da iniquidade distributiva nos anos 60.

Outro elemento de explicação, segundo Langoni, consiste na existência de um permanente viés tecnológico em favor do crescimento da demanda por mão-de-obra qualificada, resultante da complementaridade entre capital e trabalho mais qualificado. Este viés teria atuado no sentido de beneficiar os trabalhadores mais bem-educados, ao impedir a redução de salários que, na sua ausência, seria acarretada pelo aumento da oferta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

A DESIGUALDADE DE RENDA E O CICLO ECONÔMICO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO

O Quadro nº 7 a seguir, apresenta a quantidade percentual da população brasileira, por grandes regiões, relacionada por anos de estudo.

	Até 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
Brasil	31,3	32,0	14,5	22,0
Região Norte Urbana (1)	30,0	29,3	17,0	23,2
Regão Nordeste	62,7	23,1	8,9	16,2
Região Sudeste	21,3	34,3	17,5	26,8

31. LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: expressão e cultura, 1973.

Região Sul	22,3	40,9	16,4	21,0
Região Centro-Oeste	29,1	33,6	14,8	22,1

Quadro 7 - Pessoas Ocupadas de 10 Anos ou Mais de Idade por Anos de Estudo - 1996

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. P 77 (tabela 4.3.2).

(1) exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por meio do quadro nº 7 percebe-se que a região Sudeste emprega maior número de pessoas, com mais anos de estudo, que as demais regiões brasileiras. O que é um dos pilares de sua supremacia econômica em relação as demais regiões.

Analisando-se a Teoria sobre *labor hoarding* que, de acordo com Fay e Medoff[32], "preocupa-se com o comportamento da taxa de emprego e do diferencial de salários entre mão-de-obra qualificada e não-qualificada ao longo do ciclo econômico. Mais especificamente, a literatura a respeito propõe que são os trabalhadores não-qualificados aqueles a experimentar as maiores taxas de desemprego e maiores reduções de salário na parte inferior do ciclo, o inverso ocorrendo na fase de expansão. Desta forma torna-se lícito inferir que a evolução da distribuição de salários entre força de trabalho ativa apresenta um padrão pró-ciclo, melhorando em tempos de excesso de demanda e piorando durante fases de excesso de oferta de trabalho. Além disso, em decorrência de menores custos de reposição, as contratações e demissões cíclicas estariam concentradas entre os trabalhadores menos qualificados, fazendo com que eles experimentem as maiores oscilações de emprego e salário.

Ramos[33] procura provar sua hipótese de que "quanto mais qualificada for a mão-de-obra, maior será a dificuldade em substituí-la e, consequentemente, maior o incentivo para se mantê-la, mesmo que o valor do seu produto marginal seja menor que os respectivos salários durante algum tempo. Assim, quanto mais qualificados forem os indivíduos, maiores serão as suas possibilidades de resguardar seus salários reais e manter seus empregos por ocasião de reduções cíclicas da atividade econômica."

MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DE EDUCAÇÃO E NA RENDA MÉDIA DOS GRUPOS EDUCACIONAIS

Observando-se as informações dos anos 70 e 80 verifica-se que, a distribuição de educação ao invés de tornar-se mais igualitária ao longo deste período passou a ser, na verdade, mais concentrada: **i** passou de 0,180 em 1977 para 0,186 em 1981, permanecendo praticamente inalterado daí para 1985. Entre 1977 e 1981 a redução no grupo dos não-

32. FAY, J. A. e MEDOFF, J. L. Labor and output over the business cycle. American economic Review, v. 75, nº 4, p. 638-655, Sept. 1985.

33. RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. A Distribuição de Rendimentos: 1967/85. Rio de Janeiro, instituto de Pesquisa Econômica aplicada, 1993.

instruídos e entre aqueles com educação primária foi praticamente toda transformada em expansão da fração com escolaridade secundária ou superior, com virtualmente nenhuma alteração no centro da distribuição. Já entre 1981 e 1985 a cauda superior absorveu apenas uma pequena parcela da diminuição nos grupos de mais baixa educação, havendo em contrapartida um incremento no contingente de pessoas com instrução intermediária (isto é, nível ginasial). Esta diferença entre as realocações ocorridas nos dois períodos explica claramente a diferença no comportamento da desigualdade educacional. Assim, o crescimento da média de aumento na desigualdade da distribuição de escolaridade durante o primeiro quadriênio do período analisado, seguido de uma certa estabilidade a partir de 1981.

As rendas médias relativas indicam que todos os grupos educacionais (sem instrução, instrução primária, instrução ginasial, secundário e universitários) experimentam um declínio durante o período. Embora não seja totalmente intuitivo, este fenômeno é facilmente explicado pelo fato de ter havido um aumento na proporção de indivíduos mais educados na força de trabalho. Este fato por si só não constitui informação relevante acerca de possíveis variações nos diferenciais de renda entre os grupos. Para poder examinar o que de fato aconteceu com os retornos à educação é necessário utilizar indicadores que não sejam afetados por mudanças na média global de renda e, portanto, pela composição educacional da força de trabalho.

A educação tem sido identificada por uma série de estudos como de crucial importância para a explicação da desigualdade estática pontual. Barros e Reis[34], utilizando a segunda medida de desigualdade proposta por Theil, o índice L de Theil, estimaram "em quase 50% a sua contribuição para a dispersão de salários na década de 80, isto é, a desigualdade seria reduzida a aproximadamente metade de seu nível inicial, caso as rendas médias das categorias educacionais fossem, via algum mecanismo de transferências, equalizadas, eliminando assim os diferenciais de renda entre eles. Enquanto Langoni[35], utilizando a variância dos logaritmos da renda, reportou um poder de explicação acima de 30% para os anos 60.

Há indícios claros de uma melhoria na média de escolaridade da força de trabalho brasileira na década de 90: enquanto a porcentagem de trabalhadores sem instrução formal reduziu-se de 13,2 para 10,9%, a parcela de indivíduos com nível universitário passou de 7,5 para 9,8%. Movimentos similares ocorreram com as outras categorias de educação: houve um crescimento na fração de trabalhadores com ensino médio, acompanhado de uma redução na parcela de membros da força de trabalho com instrução primária e uma relativa estabilidade em termos de instrução ginasial.

---

34. REIS, J. G. A. e BARROS, R. P. de. Desigualdade Salarial e Distribuição de Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1989.
35. LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: expressão e cultura, 1973.

Pode-se perceber que por meio dos gráficos 11, 12 e 13 respectivamente, que os retornos à educação são compensatórios no Brasil. “Isto não chega a ser surpreendente, pois o fato de que os salários crescem rapidamente com a educação nos países em desenvolvimento é um fato estilizado bastante conhecido” conforme Pascharopoulos[36]. De fato, um trabalhador com educação secundária percebe, em média, rendimentos cerca de 60% maiores que trabalhadores com instrução ginasial, o que implica um retorno à educação em torno de 15% ao ano. Faz-se necessário, naturalmente atentar para eventuais diferenças nas características dos indivíduos em cada grupo ao efetuar-se tais estimativas.

EQUAÇÕES DE SALÁRIOS

Uma maneira concisa e elegante de se estimar diretamente os diferenciais de renda associados à educação é por meio de equações de salários convencionais, inspiradas no paradigma do capital humano. Grosso modo, este corpo teórico postula a existência de uma relação positiva entre produtividade e escolaridade, de tal sorte que, ao tomar a decisão de investir mais tempo na aquisição de educação, o indivíduo estaria almejando o aumento de sua produtividade e, em última instância, a elevação do seu salário potencial de mercado.

Esta linha de pensamento tem sido alvo de fortes críticas na literatura sobre distribuição de renda, seja por parte daqueles que discordam do vínculo entre educação formal e produtividade ao defender que escolaridade não passa de uma forma de sinalizar a posse de outras características relevantes para a capacidade produtiva do indivíduo, seja por parte daqueles que apontam como maior falha a desconsideração de qualquer aspecto ligado à estrutura de demanda por trabalho e restrições à mobilidade deste fator na economia.

Apesar de divergências acerca do grau de importância da escolaridade para a formação dos salários individuais, Ramos[37] diz que “não há nenhuma vertente teórica que negue sua relevância. Isto é, seja por elevar a produtividade individual, seja por servir de indicador de outras características produtivas ou como mera credencial, o fato é que educação é reconhecidamente um fator relevante para a explicação dos salários individuais: quanto maior o nível de escolaridade do trabalhador, maior tende a ser o seu salário.”

Isto posto, parece lícito aceitar que $Y = f(S, Z)$ com $dY/dS > 0$, onde Y representa a renda do trabalho, S é o nível de instrução e Z um conjunto de outras variáveis relevantes. Três questões se fazem, então, importantes, para que se possa estimar os diferenciais de salário associados a diferentes graus de escolaridade.

---

36. PASCHAROPOULOS, G. Returns to education: an updated intertional comparsion. Comparative Education Review, nº 17, p. 321-341, 1981.
37. RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. A Distribuição de Rendimentos: 1976/85. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa econômica Aplicada, 1993.

Primeiro há que se considerar a questão da causalidade. Basicamente o que se pretende medir é enquanto o salário de um indivíduo seria alterado se ele, e somente ele, elevasse sua escolaridade para o nível imediatamente acima do seu (exemplo de S para S+1). Isto é problemático na medida em que se trata de uma diferença que envolve uma variável observada, o salário que esta pessoa de fato recebe e outra hipotética, o salário que este mesmo indivíduo obteria caso fosse mais educado. O que normalmente se faz para viabilizar a estimação deste diferencial é admitir que o salário conseguido no caso de um incremento na educação para S+1 seria igual ao salário médio observado para os trabalhadores que de fato têm grau de instrução S+1 e possuem outras características conforme retratado por Z similares às do indivíduo em questão. Neste caso os diferenciais observados corresponderiam àqueles de fatos introduzidos por mudanças marginais na escolaridade. É claro que a hipótese acima é tão mais adequada quanto mais homogêneos forem os grupos formados pelo conjunto de variáveis Z por isso também chamadas variáveis de controle.

A segunda questão relevante diz respeito à escolha das variáveis a serem incluídas em Z. De acordo com a linha do capital humano, alguns dos integrantes de Z deveriam ter experiência profissional, habilidade natural e meio sociofamiliar, entre outras. Infelizmente tais variáveis não são facilmente observáveis, o que torna a constituição de Z um processo algo arbitrário na literatura. Considera-se aqui quatro variáveis de controle:

a. idade, em uma tentativa de captar os efeitos de experiência;

b. setor de atividade e posição na ocupação, para procurar captar o efeito de segmentação e diferenças nos processos de formação de salários na economia;

c. região geográfica de residência, de modo a considerar a existência de padrões regionais em salários e custo de vida; e

d. há também a questão da forma funcional mais adequada para f (S, Z). Existe aqui uma vasta gama de possibilidades, optou-se pela estimação da seguinte equação de salários:

$$\log \quad Y_t = a_t + b_{ijt} X_t + u_t$$

onde:

Y_t : vetor de salários individuais no ano t;

a_t : logaritmo do salário médio do grupo de referência no ano t;

b_{ijt} : diferencial de salário associado ao i-ésimo grupo da variável j no ano t;

X_t : matriz de variáveis explicativas (educação, idade,...) para o ano t;

u_t : vetor de resíduos para o ano t, E [u t] = 0 , E [u t u' t] = sigma. I.

De modo a evitar perfeita multicolinearidade, é necessário deixar uma categoria de cada variável representada no grupo de referência. Para tal foram escolhidas as modas, de modo a maximizar o tamanho esperado daquele grupo. De acordo com a especificação acima, a exponencial do coeficiente associado à j-ésima categoria da i-ésima variável, corresponde à estimativa de quantas vezes maior, em média, é a renda de um indivíduo naquela categoria vis-à-vis a de uma pessoa com as mesmas características na categoria de referência daquela variável.

Considerando-se os dados da estimativa dos diferenciais associados à educação entre 1976 e 1985, para o grupo dos sem instrução variou entre -,0331 e –0,377, o que significa dizer que suas rendas, em média, estavam de 28 a 31% abaixo da dos trabalhadores com instrução primária com os mesmos outros atributos. Outrossim, aqueles com instrução ginasial ganhavam em torno de 30% a mais que os da categoria de referência, enquanto educação secundária eleva esta percentagem para 95%. Já educação universitária possibilita salários cerca de quatro vezes maiores que os compatíveis com instrução primária. Com exceção do grupo dos sem instrução, cuja evolução no tempo é algo errática, todas as outras categorias apresentam diferenciais em declínio até 1981, e em ascensão daí para a frente: este grupo de controle (instrução primária) aumentou de 1977 a 1981, embora apresente um padrão de comportamento similar ao dos demais grupos educacionais a partir de 1981. O que vem mantendo-se na década de 90.

Os trabalhadores mais qualificados (universitários e secundaristas) tiveram seus diferenciais reduzidos durante o período expansionista do final dos anos 70, acompanhados de ganhos sistemáticos durante a fase de desaquecimento imediatamente posterior. O padrão é menos claro para o grupo com instrução ginasial, e não está presente para os sem instrução. A razão entre salário médio de trabalhadores com formação universitária e trabalhadores com instrução primária segue o mesmo padrão cíclico em nível de posição de ocupação e setor de atividade, com exceção do grupo de empregadores e dos setores de serviços.

Apesar de encontrar dificuldades de sustentação para o caso de trabalhadores com escolaridade em nível ginasial, e ser rejeitada para a categoria dos sem instrução, a hipótese de *labor hoarding* parece sustentada pelos resultados obtidos no trabalho. Há respaldo estatístico em favor de uma resposta anticíclica dos salários relativos de trabalhadores qualificados e não-qualificados. Assim pode-se concluir que a educação não apenas oferece uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas também proporciona alguma proteção contra oscilações de curto prazo no desempenho da economia. Assim, sob a hipótese de aversão a risco, a contribuição da educação para o bem-estar individual é dupla: primeiro, a permitir o acesso a maiores salários em um determinado instante de tempo, e segundo, por reduzir o grau de incerteza sobre o fluxo futuro dos rendimentos do trabalho. Uma distribuição mais uniforme de escolaridade poderia, portanto, contribuir para

redução da desigualdade tanto estática quanto dinâmica.

Um ponto a ser destacado é que os trabalhadores por conta própria são os menos educados, ao passo que tanto empregados quanto empregadores são mais bem educados que a média. Uma possível explicação para isto é que boa parte dos trabalhadores por conta própria é constituída de indivíduos pouco educados que foram rejeitados no setor formal e se abrigaram no setor informal, sem acesso à carteira de trabalho, e, portanto, classificados como conta própria.

Pode-se perceber que a escolaridade média dos empregados comportou-se de acordo com a escolaridade média da força de trabalho, enquanto os empregadores, embora tenham se tornado relativamente mais educados no primeiro subperíodo, não acusaram progressos significativos no segundo. Por fim, os trabalhadores por conta própria tiveram um desempenho inferior ao destas duas categorias no primeiro quadriênio, apresentando uma pequena recuperação no segundo.

RENDIMENTOS RELATIVOS POR SETOR E ESCOLARIDADE

Verifica-se que ocorreu uma notável estabilidade nos ganhos relativos experimentados pelos empregados ao longo de todos os níveis de instrução durante o primeiro quadriênio, da década passada, próximo de 25%. Em sequência quando houve a conjunção de uma redução na atividade econômica com a adoção de políticas salariais bastante austeras, os empregados com maior nível de escolaridade aparentemente foram capazes de se proteger melhor. Ao mesmo tempo em que os empregados com instrução superior ou secundário perderam pouco mais de 10% em relação aos empregadores com o mesmo nível de escolaridade, os empregados com instrução primária ou ginasial perderam perto de 30%; o que se amolda perfeitamente às idéias sobre o papel da educação discutidas anteriormente.

Não obstante a relevância deste tema, a literatura acerca dos efeitos do crescimento econômico e do desenvolvimento sobre a distribuição pessoal da renda e sobre a pobreza é relativamente escassa. As teorias econômicas tradicionais se preocupam bastante com a distribuição funcional da renda, mas pouco têm a dizer sobre a repartição desta entre os indivíduos. O padrão do U-invertido sugerido por Kuznets[38] sintetiza o conjunto mais difundido de idéias a respeito da relação entre desigualdade e desenvolvimento econômico. De acordo com ele "é bastante provável que a distribuição piore nos estágios iniciais do desenvolvimento, quando a força de trabalho está concentrada em atividades de subsistência no setor agrícola e, apenas posteriormente, após a transferência de uma parcela substantiva de trabalhadores para o setor moderno, a desigualdade passaria a mostrar alguma melhora." Uma decorrência imediata desta ideia é que se pode conceber

38. KUZNETS, Simon. Economic growth and inequality. American economic Review, v. 45, nº 1, p. 1-28, 1955.

as mudanças na alocação da força de trabalho entre distintas categorias socioeconômicas como sendo uma das principais fontes de alteração na distribuição de renda, comumente designada de efeito composição.

A distribuição de educação é fundamental para a questão distributiva, tanto para a obtenção de distribuições mais igualitárias quanto para elevação do bem-estar individual. Na medida em que a educação oferece alguma proteção contra períodos difíceis, segue que uma distribuição de escolaridade mais uniforme pode contribuir para a redução não apenas da concentração estática, em um instante de tempo, como também para atenuar a desigualdade dinâmica, ao longo de vários períodos. Da mesma forma, admitindo-se que os indivíduos são avessos a risco, a contribuição de educação para o bem-estar é dupla: primeiro, ela age no sentido de aumentá-lo ao propiciar o acesso a rendimentos do trabalho mais elevados, e ao reduzir a incerteza sobre os fluxos de renda futuros. Consequentemente, políticas educacionais que almejem a elevação da escolaridade média e, principalmente, a redução da variância de sua distribuição devem pertencer ao núcleo de qualquer esforço no sentido de diminuir a injustiça social e reduzir a pobreza.

Não basta, todavia, recorrer apenas a políticas educacionais para atingir estes objetivos. A concentração da posse dos ativos também é de bastante importância, e modificações na distribuição da riqueza física seriam altamente benéficas, se não imperativas, para viabilizar maior justiça na distribuição dos frutos do crescimento econômico. Da mesma forma que o demonstrado para o caso da educação, crescimentos do produto, ou da riqueza, se não forem bem distribuídos, podem gerar aumentos indesejáveis na desigualdade.

Sem dúvida, a promoção de mudanças na distribuição da posse de ativos constitui uma tarefa muito mais árdua do que a alteração da distribuição de escolaridade. Além de esbarrar no conflito entre equidade e crescimento, tendo em vista que renda e acumulação tendem a estar positivamente correlacionadas, é bastante provável que a transferência de riqueza, presente ou futura, seja objeto de forte oposição por parte de grupos políticos influentes. Apesar de tudo é bastante óbvio que negligenciar esta dimensão da questão distributiva destitui as políticas econômicas de um instrumento fundamental para a redução da desigualdade e da pobreza, podendo inclusive tornar estas metas inviáveis.

MOBILIDADE ENTRE AS CLASSES DE RENDA

Visando incrementar este trabalho verifica-se segundo Gibbon[39] "a evidência empírica sobre o comportamento da distribuição de renda em diversos países indica que é razoável esperar-se um aumento do grau de desigualdade nos estágios iniciais do processo de desenvolvimento econômico, como resultado de um conjunto de forças dinâmicas

39. GIBBON, Virgílio H. S. Distribuição de Renda e Mobilidade Social: A Experiência Brasileira. 1979, p. 1.

inerentes ao próprio funcionamento de uma economia de mercado. Por outro lado, não apenas a teoria, mas também a própria experiência de países atualmente desenvolvidos, indicam que este mesmo conjunto de forças, atuando sobre os preços e os retornos relativos, se encarrega de deflagrar mecanismos redistributivos ao longo do tempo, que dissipam paulatinamente os efeitos concentradores iniciais. Evidência internacional desta afirmação foi apresentada por Kuznets (1963), Chiswick (1971) e Paukert (1973)."

Analisando-se os dados de Langoni[40], poder-se-á observar que a transitoriedade do aumento da desigualdade de renda depende ainda de características básicas de cada economia, dentre as quais podemos citar a taxa de crescimento da população, a extensão territorial do país (que tende a apresentar correlação positiva com a probabilidade de surgimento de desequilíbrios regionais e setoriais), o tamanho e a composição inicial do estoque de capital humano, as condições e as características da oferta de tecnologia (que em vários países em vias de desenvolvimento é reflexo da alocação setorial dos investimentos estrangeiros), o nível de competição no mercado de capitais, o grau de mobilidade tanto de capital físico como do humano e, finalmente, a magnitude da própria taxa de crescimento global da economia.

No caso brasileiro, muitos desses fatores, ainda hoje, agem simultaneamente no sentido de agravar a distribuição. Com a finalidade de mensurar a importância relativa das forças que determinavam a variância das rendas, Langoni[41] estimou regressões que consideravam como variável dependente o logaritmo da renda, cujo comportamento deveria ser explicado por um conjunto de variáveis dummies representando educação, idade, sexo, setor de atividade e região, bem como uma proxy para captar o efeito dos diferenciais de acesso à propriedade.

Um dos principais resultados obtidos foi a contribuição marginal da variável educação. Esse comportamento da variável educação revelou-se mais intenso nos setores e regiões mais dinâmicos, evidenciando a importância da teoria do capital humano na explicação das disparidades de renda num contexto de mercado de trabalho em desenvolvimento.

Em suas conclusões, Morley[42] afirma que a economia brasileira conseguiu criar com sucesso um grande número de empregos de boa remuneração, embora os benefícios de tal evento não tenham atingido, de forma proporcional, os indivíduos das diferentes classes de renda. O que continua ocorrendo na década de 90 na sociedade brasileira.

Analisando-se os dados apresentados por Langoni[43], a evidência empírica

---

40. LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: expressão e cultura, 1973.
41. LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: expressão e cultura, 1973.
42. MORLEY, Samuel A. & WILLIAMSON, Jeffrey G. Growth wage policy and inequality: Brazil during the sixties. University of Wisconsin, Social Systems Research Institute, July 197, mimeogr.
43. LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: expressão e

apresentada parece confirmar uma das teses apresentadas por este, segundo a qual o crescimento desequilibrado dos setores produtivos, com taxas mais elevadas nos setores modernos, absorvedores de novas tecnologias, constituiu, pelo aumento da demanda de mão-de-obra qualificada, um dos fatores principais da concentração de renda numa economia com reduzido estoque de capital humano.

Em trabalho apresentado como tese de doutoramento, Branco [44] analisou também o comportamento do mercado de trabalho brasileiro e, encontrou um resultado extremamente importante que é a redução da dispersão das taxas de retorno em educação, o que pode ser interpretado como uma consequência dos mecanismos de correção dos desequilíbrios incorporados no funcionamento das forças de mercado.

Apesar da redução da dispersão na magnitude das taxas de retorno, ocorreu também uma elevação de seu nível médio, passando de 13,7% em para 15,1%, o que denota a persistência de uma situação de escassez relativa de mão-de-obra qualificada. Vale salientar que Senna[45] havia estimado uma taxa de retorno média de 14,26%.

Uma evidência ainda mais flagrante dessa afirmação é o fato de as taxas de crescimento dos salários reais, no período analisado, se apresentarem crescentes com o nível de educação formal. Com efeito, os indivíduos com curso superior tiveram seus salários mensais, em termos reais, aumentados a uma taxa média anual de 14%, enquanto os rendimentos dos que tinham primário completo cresceram em 7% ao ano.

Branco[46] agregou ainda os 28 subsetores em apenas 3 grandes segmentos, sendo o primeiro composto pelos subsetores mais dinâmicos e que registram maiores graus de concentração industrial; o segundo são os subsetores tradicionais, caracterizados por não sofrerem mudanças tecnológicas intensas e o terceiro subsetor caracteriza-se por um menor grau tanto de adoção como de concentração de novas tecnologias.

Considerando esses três segmentos, a taxa média anual de crescimento dos salários mensais no setor mais moderno foi de 12,5% contra 9,5% do tradicional. Da mesma forma, o nível médio de escolaridade da força de trabalho empregada no primeiro é de sete anos, enquanto no último é de apenas quatro.

Observando ainda esses três segmentos agregados, as variáveis associadas ao capital humano explicam maiores parcelas da variância dos rendimentos quando passamos do setor tradicional (26%) para o mais moderno (56%). O impacto da escolaridade sobre os salários e sua contribuição marginal são também sistematicamente maiores nestes

---

cultura, 1973.

44. BRANCO, Roberto da Cunha Castello. Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 1977.

45. SENNA, J.J. Schooling, job experience and earning in Brazil. Tese de doutoramento não publicada. The John Hopkins University, 1975.

46. BRANCO, Roberto da Cunha Castello. Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 1977.

setores.

Tais resultados confirmam que, num ambiente econômico mais dinâmico e sofisticado, os investimentos em capital humano e, em especial, os investimentos em educação formal se tornam os principais determinantes da produtividade dos indivíduos e, consequentemente, de sua remuneração.

Um fato relevante que deve ser aqui mencionado é que a mobilidade entre as classes de renda é o fator determinante da distribuição futura da renda, o fato de em termos relativos a mobilidade ser mais intensa nas faixas de baixa renda é um indicador poderoso de que não existe uma tendência crônica à deterioração da distribuição, como geralmente se costuma interpretar o agravamento das medidas estáticas de desigualdade.

Mais importante do que o acompanhamento permanente de índices ou outras medidas convencionais de desigualdade, deve ser o cuidado com a manutenção dos canais de ascensão social, o que só é possível com a manutenção de elevada taxas de crescimento da renda.

Caso venha-se adicionar ao aspecto da mobilidade o problema da absorção dos novos participantes do mercado de trabalho, ver-se-á que apenas mediante o crescimento contínuo e acelerado poder-se-á manter a proliferação das oportunidades de emprego que, em última instância, é uma das principais condicionantes da futura distribuição de renda.

CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESIGUALDADE SOCIAL

Certamente, poucos países apresentaram no período 1950-1980, uma experiência de crescimento e transformação econômica semelhante à do Brasil. Em três décadas, a economia brasileira logrou multiplicar por dez o valor de seu produto real e por quatro o de sua renda per capita, associando a essa expansão quantitativa profundas mudanças estruturais.

Num período extremamente curto, portanto, o Brasil implementou um vigoroso processo de crescimento, vindo a se afirmar, no limiar dos anos 80, como a décima economia capitalista mundial.

Tal crescimento, contudo, não logrou corrigir os graves desequilíbrios de ordem social, setorial e regional presentes na estrutura socioeconômica brasileira. Ao contrário, a direção e o estilo que lhe foram impressos serviram, em alguns casos, para acentuá-los, ao mesmo tempo em que introduziram novas e pesadas restrições ao crescimento futuro.

Assim é que, no início da década de 80, quando claros sinais de esgotamento daquele padrão de crescimento se faziam visíveis, a economia brasileira acumulava, também, uma dívida externa equivalente a aproximadamente ¼ do valor do PIB; experimentava uma inflação da ordem de 100% a.a.; ressentia-se de atraso tecnológico no setor industrial e de uma forte dependência do exterior, no que dizia respeito a inovações de processos e

produtos; defrontando-se, ainda, com sérios entraves ao desenvolvimento agropecuário, na medida em que a capitalização no campo ocorrera de forma bastante desigual entre regiões e a expansão do produto se dera, via de regra, mais por uma ampliação da fronteira agrícola do que por melhorias de produtividade.

Mais grave, porém, do que a persistência de desequilíbrios setoriais ou de contrastes regionais foi o acirramento das desigualdades sociais que se verificou no período, sobretudo a partir da instauração do regime autoritário em meados da década de 60. Combinando uma rígida política de concentração dos salários e, e especial, dos salários de base a um elevado grau de cerceamento dos direitos e liberdades sindicais, no plano político, a ação governamental posta em prática, a partir de 64, revelou um caráter altamente regressivo. Este se evidenciou, particularmente, no perfil de renda que experimentou forte concentração: entre 1960 e 1980, enquanto os 50% mais pobres da PEA reduziram sua participação na renda de 17,4% para 12,6%, o 1% mais rico ampliou a sua de 11,9% para 16,9%.

Nessas condições, se é inegável que o período 50/80 se traduziu por uma excepcional evolução das taxas de crescimento econômico, é inegável também que este crescimento, longe de proporcionar uma distribuição equitativa de seus frutos sociais, tendeu, ao contrário, a manter grandes contingentes populacionais em situação de pobreza absoluta e a favorecer um dos mais concentrados perfis de distribuição de renda, existentes em escala mundial.

Contrapondo-se ao desempenho altamente favorável que ostentou no pós-guerra e em decorrência do pesado endividamento externo que acumulou nos anos 70, a economia brasileira mergulha, a partir dos anos 80, num período de crise e estagnação. Fortes descontinuidades na condução da política econômica – quatro choques heterodoxos entre 1986 e 1990, redução dos níveis de investimentos e bruscas oscilações nas taxas de inflação levaram a que o PIB real evoluísse a uma taxa média anual de apenas 1,5% e o PIB per capita declinasse de US$ 3000 para US$ 2856, entre 1980 e 1990, configurando o que por muitos analistas foi denominado "década perdida".

Cabe, perguntar, portanto, em que medida a maior participação de mulheres assume um significado homogêneo, ou seja, pode ser lida e interpretada dentro do marco geral de emancipação feminina e de afirmação de seus direitos de cidadania. Neste sentido, a evidência trazida por diversos estudos de caráter sociológico e antropológico, feitos nos grandes centros urbanos do País, parece indicar, ao contrário, que, para um grande contingente de mulheres provenientes dos grupos de baixa renda, o trabalho se afigura mais propriamente como um dever do que um direito adquirido.

A QUESTÃO SOCIAL

O Quadro nº 8, a seguir, apresenta o rendimento médio mensal, em reais, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, pelas antigas grandes regiões brasileiras, no período de 1987 a 1997.

	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade (R$) (1)					
	Antigas Grandes Regiões					
	Brasil	Antiga Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Antiga Centro-Oeste
TOTAL						
1987	254	258	138	318	260	284
1988	250	232	133	320	245	276
1989	299	310	153	379	303	336
1990	244	269	129	303	251	284
1992	213	177	117	264	244	219
1993	291	205	128	280	272	252
1995	231	264	163	376	338	294
1996	303	245	165	382	339	303
1997	303	247	164	382	335	319
HOMENS						
1987	396	402	217	492	407	439
1988	390	362	207	498	384	426
1989	467	479	242	590	476	526
1990	369	399	194	458	383	421
1992	314	258	168	390	362	321
1993	343	299	183	417	413	376
1995	436	366	229	552	496	421
1996	434	338	231	549	489	434
1997	434	348	228	549	483	455
MULHERES						
1987	120	126	65	152	116	132
1988	118	114	69	159	112	129
1989	140	155	70	181	136	152
1990	126	149	67	157	129	149
1992	117	101	69	145	129	117
1993	125	117	77	151	136	129
1995	173	169	103	212	188	169
1996	181	160	104	225	197	177
1997	181	153	105	216	194	186

Quadro nº 8 - Rendimento Médio Mensal Real, em Reais, das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, por Antigas Grandes Regiões, Segundo o Sexo –1987/1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1987-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11-19, n 1, 1988-1998.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1996.

(2) Exclusive o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá.

O Quadro nº 9, a seguir, apresenta o rendimento médio mensal, em salários-mínimos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, pelas antigas grandes regiões brasileiras, no período de 1987 a 1997.

	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade (salários-mínimos) (1)					
	Antigas Grandes Regiões					
	Brasil	Antiga Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Antiga Centro-Oeste
TOTAL						
1987	2,1	2,2	1,1	2,6	2,2	2,4
1988	2,1	1,9	1,1	2,7	2,0	2,3
1989	2,5	2,6	1,3	3,2	2,5	2,8
1990	2,0	2,2	1,1	2,5	2,1	2,4
1992	1,8	1,5	1,0	2,2	2,0	1,8
1993	1,9	1,7	1,1	2,3	2,3	2,1
1995	2,5	2,2	1,4	3,1	2,8	2,4
1996	2,5	2,0	1,4	3,2	2,8	2,5
1997	2,5	2,1	1,4	3,2	2,8	2,7
HOMENS						
1987	3,3	3,4	1,8	4,1	3,4	3,7
1988	3,2	3,0	1,7	4,1	3,2	3,6
1989	3,9	4,0	2,0	4,9	4,0	4,4
1990	3,1	3,3	1,6	3,8	3,2	3,5
1992	2,6	2,2	1,4	3,3	3,0	2,7
1993	2,9	2,5	1,5	3,5	3,4	3,1
1995	3,6	3,0	1,9	4,6	4,1	3,5
1996	3,6	2,8	1,9	4,6	4,1	3,6
1997	3,6	2,9	1,9	4,6	4,0	3,8
MULHERES						
1987	1,0	1,0	0,5	1,3	1,0	1,1
1988	1,0	0,9	0,5	1,3	0,9	1,1
1989	1,2	1,3	0,6	1,5	1,1	1,3
1990	1,0	1,2	0,6	1,3	1,0	1,2
1992	1,0	0,8	0,6	1,2	1,1	1,0
1993	1,0	1,0	0,6	1,3	1,1	1,1
1995	1,4	1,4	0,9	1,8	1,6	1,4
1996	1,5	1,3	0,9	1,9	1,6	1,5
1997	1,5	1,3	0,9	1,8	1,6	1,6

Quadro nº 9 - Rendimento Médio Mensal Real, em Salários-Mínimos, das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, por Antigas Grandes Regiões, Segundo Sexo –1987/1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1987-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11-19, n 1, 1988-1998.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1997 e expressos em salários-mínimos de setembro de 1997.

(2) Exclusive o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá.

Longe, portanto, de corresponderem apenas a um indicador de participação social, o ingresso e a permanência de mulheres no mercado de trabalho podem estar significando, também, um sinal de pauperização, um fruto do aviltamento dos níveis salariais e um fator de realimentação desse processo, de vez que, por representarem mão-de-obra barata, contribuem para rebaixar a remuneração média do conjunto de trabalhadores.

O que, com mais razão ainda, se aplica à participação de crianças e jovens (10 a 17 anos) no mercado de trabalho. Embora esta participação, no conjunto de pessoas ocupadas tenha decrescido de 14,2% para 11,6% entre 1981 e 1990, os números absolutos, por ela refletidos, permanecem ainda em patamares elevados. Em 1990, por exemplo, 2.873.523 crianças na faixa de 10 a 14 anos e 4.425.822 adolescentes na faixa de 15 a 17 anos – um contingente equivalente à Suíça e duas vezes superior à do Uruguai, estavam trabalhando no Brasil, o que dá testemunho da dimensão que assume, no País, o recurso ao trabalho infanto-juvenil (veja gráfico a seguir). Comparações internacionais, mesmo com países mais pobres, colocam o Brasil em posição desfavorável. Estudo da OIT, realizado em meados dos anos 80, indicou, por exemplo, que a taxa de atividade infantil no Brasil (então da ordem de 18% e em 1990 de 17,2%) era superior à da Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), República Dominicana (15,5%), sendo ultrapassada no entanto, pela do Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%).
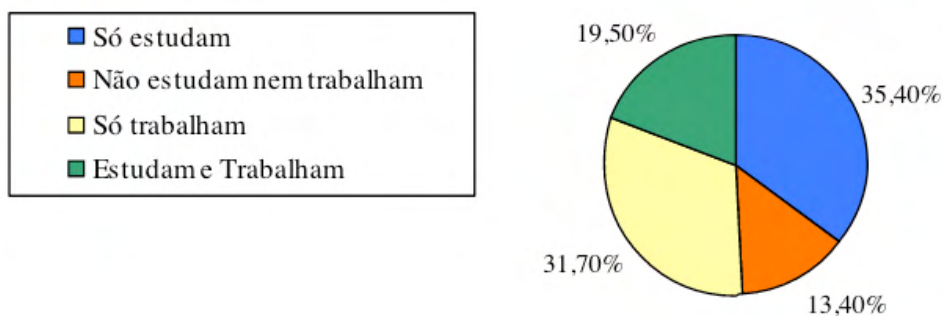
Figura 1 - Distribuição de Crianças e Adolescentes de 10 a 17 anos por Frequência à Escola e Inserção no Mercado de Trabalho – 1990 Brasil

Fonte – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1990.

Inscrevendo-se, predominantemente, numa estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres, o trabalho de crianças e adolescentes acaba por lhes impor um custo social elevado: a renúncia a um grau de escolarização maior, capaz de lhes garantir, no futuro, melhor colocação no mercado de trabalho ou uma sobrecarga de tarefas de que resulta considerável desgaste físico.

Em decorrência de seus baixos níveis de instrução e experiência, a maioria das crianças e adolescentes que trabalham o faz em condições extremamente adversas. Longas jornadas de trabalho (65% mais de 40 horas semanais), tarefas pouco qualificadas e, por vezes, árduas e perigosas, falta de proteção trabalhista (apenas 25,6% possuem carteira assinada pelo empregador) e remuneração inferior ou equivalente ao estabelecido por lei (86,2% têm rendimento de até 1 salário-mínimo) caracterizam sua atividade.

Nessas condições, não chega a surpreender que as taxas de escolarização caiam abruptamente da faixa de 10 a 14 anos (84,2%) para a de 15 a 17 anos (56,8%), justamente a idade em que aumenta a participação no mercado de trabalho (de 17,2% para 50,4%).

Não obstante os sinais positivos observados ao longo da década, dando conta de um aumento das taxas de escolarização infanto-juvenil, a conclusão é a de que a sociedade brasileira está ainda longe de garantir o cumprimento ao preceito constitucional de universalização do ensino e, principalmente, de estender a todas as crianças e jovens o direito a serem apenas estudantes.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PERCENTUAIS
Taxa de atividade da população	
10 a 14 anos	17,2
15 a 17 anos	50,4
Pessoas de 10 a 17 anos	
Só estudantes	35,4
Estudam e trabalham	
Só trabalham	19,5
Não estudam nem trabalham	31,7
Características do trabalho	13,4
Atividades não-agrícolas	59,9
Empregados	
Empregados com carteira de trabalho	62,4
Assinada	25,6
Mais de 40 horas semanais de trabalho	65,1
Com rendimento de até 1 salário-mínimo	86,2

Tabela 1 - Características do Trabalho de Crianças e Adolescentes de 10 a 17 anos – 1990 - Brasil

Fonte – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1990.

MUDANÇAS NO PERFIL DE RENDIMENTOS

Embora em média o rendimento mensal real das pessoas ocupadas, medido em salários-mínimos tenha sofrido pequena evolução entre 1987 e 1997 (2,1 a 2,5), conforme

quadro nº 9 da página 68, variações significativas e com sinais diferentes ocorreram tanto em termos de setores de atividade, quanto em termos da forma de inserção dos agentes no mercado de trabalho.

Em nível setorial, por exemplo, os trabalhadores engajados na indústria de transformação tiveram uma queda de rendimento de 15,5%, entre 1981 e 1990, enquanto os ocupados na prestação de serviços e no comércio estabelecido elevaram o seu rendimento em 9,7% e 8,2%, respectivamente.

Quanto à forma de inserção, registraram-se perdas generalizadas para todos os empregados particulares: 23,9% para os engajados em ocupações de nível superior e gerenciais; 17,9% para os de nível médio e 14,7% para os manuais. Em contrapartida, empregadores, empregados públicos e trabalhadores autônomos lograram ampliar seu rendimento médio ao longo do período observando-se os maiores ganhos no caso dos trabalhadores autônomos de nível superior (12,9%) e de nível médio (10,5%).

Importante ressaltar que este processo se efetivou, em realidade, num contexto de pequenas alterações de rendimentos. No período em questão (1975 a 1997) os 10% das famílias mais ricas conseguiram praticamente manter sua participação relativa na apropriação do rendimento: que variou de 49% em 1975 para 46,7% em 1997.

Como resultado, o perfil de distribuição de renda que se delineia para o Brasil, como demonstra o Gráfico nº 2 abaixo, em 1997 – os 10% mais ricos se apropriam de quase a metade (46,7%) do total de rendimentos certamente se inscreve como um dos mais perversos, senão o mais, em qualquer comparação que se estabeleça com outros países.
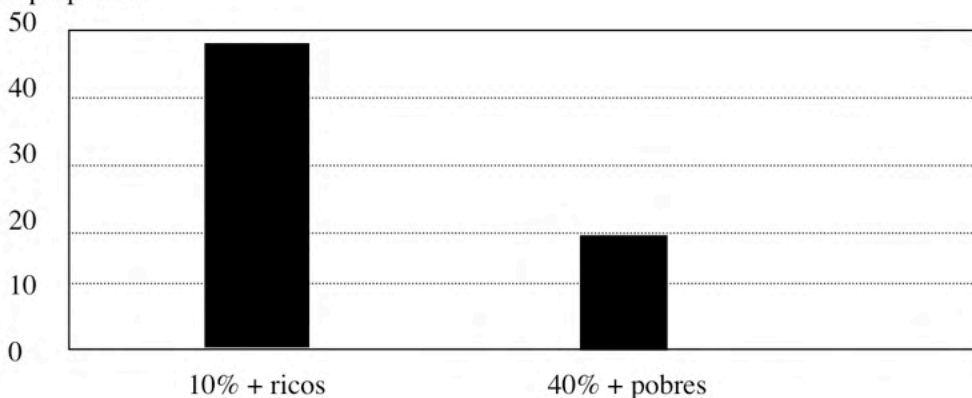
Gráfico nº 2 - Apropriação de Renda pelos 10% mais Ricos e 40% mais Pobres da PEA - 1997

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Elaboração: Instituto de Pesquisas Econômicas.

CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO

Diversos indicadores apontam para a expansão dos níveis de educação formal da população brasileira conforme quadro nº 10 e nº 15 das páginas 75 e 100. Assim, não é apenas a taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos e mais que se reduz (de aproximadamente 1/4 para 1/5) na década de 90. Ampliam-se, também, as taxas de escolarização e, o que é mais importante, a proporção de pessoas (de 10 anos e mais) com 8 anos ou mais de estudos.

	Taxa de Escolarização				
Grupos de Idade	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
7 a 14 anos	91,9%	89,4%	95,5%	94,9%	93,2%
7 a 9 anos	90,6%	88,8%	96,0%	96,2%	93,5%
10 a 14 anos	92,7%	89,7%	95,2%	94,1%	93,0%

Quadro nº 10 - Síntese de Indicadores – PNAD – 1997

Taxas de Escolarização, por Grandes Regiões, segundo os grupos de Idade FONTE – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Empregos e Rendimentos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1997, Tabela 3.1.2.

NOTA – Exclusive a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração.

Em termos quantitativos, as evidências estatísticas do quadro anterior respaldam o argumento de que houve um progresso considerável nas condições de acesso e frequência à escola.

Tais ganhos, contudo, não foram suficientes, por um lado, para impedir o crescimento absoluto do analfabetismo, ao longo da década, fenômeno que, paradoxalmente, se verificou de forma ainda mais intensa nas regiões metropolitanas do País. Em decorrência disso, a presença, em 1990, de 20,2 milhões de analfabetos, com dez anos ou mais de idade, impõe um desafio não somente socioeconômico, mas sobretudo jurídico-político.

O quadro nº 11 que se segue, apresenta o percentual da população brasileira de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo no ano de 1996.

	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	15,8	14,9	29,0	10,1	9,3	13,6
1 a 3 anos	19,6	21,0	25,0	16,8	17,6	19,5
4 a 7 anos	34,6	33,5	25,8	37,6	41,6	36,1
8 a 10 anos	13,6	15,0	9,0	16,0	14,6	13,9
11 anos ou mais	16,3	15,2	11,1	19,5	16,6	16,6
HOMENS (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	16,0	15,4	32,0	9,0	8,3	13,8
1 a 3 anos	20,7	22,6	26,1	17,6	18,5	21,5
4 a 7 anos	34,6	33,6	24,0	38,3	42,6	36,5
8 a 10 anos	13,4	14,4	8,3	16,2	14,6	13,0
11 anos ou mais	15,1	13,6	9,4	18,8	15,7	14,9
MULHERES (2)						
Sem instrução e menos de 1 ano	15,6	14,4	26,2	11,1	10,2	13,4
1 a 3 anos	18,7	19,4	23,9	16,0	16,8	17,6
4 a 7 anos	34,6	33,4	27,5	36,9	40,6	35,7
8 a 10 anos	13,7	15,7	9,6	15,8	14,5	14,7
11 anos ou mais	17,3	16,6	12,7	20,2	17,5	18,2

Quadro nº 11 - Distribuição das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Grandes Regiões, Segundo o Sexo e os Grupos de Anos de Estudo – 1996

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18-19, n 1, 1997-1998.

(1) Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados s sem declaração.

O quadro nº 12 que se segue, apresenta o percentual da população brasileira de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo no ano de 1997.

	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	15,1	14,5	27,8	9,6	8,7	12,6
1 a 3 anos	19,7	21,5	25,5	16,8	17,0	19,0
4 a 7 anos	34,5	32,9	26,4	36,9	42,0	36,6
8 a 10 anos	13,5	14,6	8,5	16,0	14,7	14,1
11 anos ou mais	17,0	16,1	11,6	20,5	17,2	17,5
HOMENS (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	15,4	15,3	30,8	8,6	7,7	13,0
1 a 3 anos	20,7	22,3	26,9	17,6	17,5	21,1
4 a 7 anos	34,7	33,3	24,6	37,9	43,4	37,0
8 a 10 anos	13,1	14,2	7,7	16,1	14,4	13,0
11 anos ou mais	15,9	14,5	9,9	19,6	16,6	15,7
MULHERES (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	14,8	13,7	25,1	10,5	9,6	12,2
1 a 3 anos	18,7	20,7	24,1	16,0	16,5	17,0
4 a 7 anos	34,4	32,5	28,2	36,0	40,7	36,1
8 a 10 anos	13,8	15,0	9,2	15,9	15,0	15,2
11 anos ou mais	18,1	17,6	13,2	21,3	17,8	19,3

Quadro nº 12 - Distribuição das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Grandes Regiões, Segundo o Sexo e os Grupos de Anos de Estudo – 1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18-19, n 1, 1997-1998.

(1) Exclusive o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados s sem declaração.

Comparações entre regiões e grupos sociais apontam também para uma variação expressiva da taxa de analfabetismo. Na região sudeste do País, essa taxa para as pessoas de 10 anos e mais (10,9%) era, em 1989, três vezes menor do que a da Região Nordeste (35,9%). Mais acentuado, ainda, era o diferencial por níveis de renda: entre os jovens de 10 a 14 anos, com renda familiar per capita de mais de 2 salários-mínimos, era praticamente residual a chance de analfabetismo (2,6%), chance que, todavia, se tornava 14 vezes mais alta para os jovens com renda familiar até ½ salário-mínimo per capita conforme quadro a seguir.

Classes de Rendimento Mensal Familiar Per Capita	Total de Jovens de 10 a 17 anos (%)	Taxas de Analfabetismo de Adolescentes	
		10 a 14 anos (%)	15 a 17 anos (%)
Total	100,0	14,8	100,0
Até ¼ de salário-mínimo	27,4	36,3	23,6
De ¼ a ½ salário-mínimo	24,0	19,3	16,4
De ½ a 1 salário-mínimo	21,6	8,4	7,5
De 1 a 2 salários-mínimos	14,6	3,7	2,6
Mais de 2 salários-mínimos	12,4	2,6	1,7

Quadro nº 13 - Taxas de Analfabetismo entre Adolescentes e Jovens, por Classe de Rendimento Familiar Per Capita –BRASIL

Fonte – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indicadores Sociais, Crianças e Adolescentes: Indicadores sociais, v. 3, 1991.

A exemplo do ocorrido com as taxas de analfabetismo, também as taxas de escolarização, no Brasil, apresentaram uma evolução favorável, ao longo dos anos 80. Para o País, como um todo, a taxa de escolarização das pessoas de 05 a 17 anos passou de 62,2%, em 1981, para 73,2%, em 1990, como resultado das melhorias observadas tanto nas áreas urbanas (de 70,6% para 79,6%) quanto nas áreas rurais (de 45,1% para 57,9%).

De acordo com Oliveira[47] "os avanços obtidos nos anos 80 tampouco garantiram ao Brasil uma posição de destaque, no confronto com outros países latino-americanos. Dados da UNESCO, para o final da década, indicam que a taxa de analfabetismo do Brasil (18,7%) era mais de três vezes superior à da Argentina (4,5%) ou de Cuba (5,7%), sendo inferior apenas à boliviana (22,4%). Além disso, a proporção de estudantes na população de 4 a 24 anos atingia no Brasil o valor mais baixo (53,3%) entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba e México os seis países em exame."

Assim, não chega a surpreender que a comparação entre a situação educacional de alguns países latino-americanos, cujos padrões de desenvolvimento socioeconômico e educacional enfrentam problemas comuns, aponte a inferiorizada condição de eficiência dos serviços escolares alcançados pelos brasileiros, tanto na educação pré-escolar como no ensino fundamental e médio.

No contexto da crise do Estado do Bem-Estar Social, da nova revolução tecnológica-científica e da global reformulação político-econômica entre blocos de países, o grande desafio que se coloca para a sociedade brasileira é, portanto, a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços escolares, já quantitativamente assegurados à população.

47. OLIVEIRA, Jane Souto de. O Traço da Desigualdade Social no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.

REPETÊNCIA ESCOLAR

Quanto maiores as mudanças tecnológicas sobre nossas vidas, maior preocupação deveria provocar em todos nós a dificuldade da escola brasileira para entrar em compasso com esse tempo de mutações contínuas.

Segundo Mello[48], no caso do ensino médio, "a estreiteza da visão escolar se faz sentir na noção totalmente equívoca, mas arraigada na elite minoritária, de que esse nível de ensino serve apenas como passagem para um patamar hierárquico superior da educação formal: a universidade.

Essa noção é grave quando sabemos que as estatísticas e os indicadores educacionais recentes mostram que pela primeira vez na história do país estão chegando ao nível médio alunos pertencentes às camadas trabalhadoras. Essa tendência, ainda lenta, é contínua e deverá se acelerar nas primeiras décadas do século 21.

No passado recente, jovens com tais características socioeconômicas, quando tinham acesso à escola obrigatória de ensino fundamental, dificilmente concluíam a 8ª série. Mas na segunda metade dos anos 90 a matrícula do nível médio no sistema público de ensino tem crescido, em média, mais de 10% ao ano.

Esse movimento é resultado da regularização do fluxo de alunos do ensino público fundamental, que vem lentamente aumentando o número de concludentes da 8ª série e diminuindo a idade média de conclusão. É também produto da procura de ensino médio pelo jovem adulto que precisa melhorar sua posição no mercado de trabalho. Tanto num caso como no outro, resulta que um novo tipo de alunado está batendo às portas da escola pública de ensino médio.

Já vivemos o desastre educacional de estender para a maioria um ensino programado para uma minoria. Isso aconteceu no período de expansão acelerada do ensino fundamental (antigo primário e ginásio) e é sem dúvida um dos fatores responsáveis pelas mazelas hoje crônicas desse ensino, como a repetência e a evasão.

Não se pode correr o risco de repetir o mesmo erro no ensino médio, e já há quem profetize que o ponto de ruptura, portanto de exclusão social, do sistema educacional brasileiro se deslocará rapidamente para esse nível escolar. Se há capacidade de aprender com os erros do passado, é preciso adotar agora medidas que permitam à escola pública e gratuita acolher e manter com sucesso esses novos alunos.

Vive-se num mundo em que muitas profissões poderão deixar de existir ou vão se transformar radicalmente nos próximos 15 ou 20 anos. A probabilidade de que um ingressante no mercado de trabalho neste fim de século termine sua vida produtiva na mesma ocupação é hoje muito menor do que no passado.

O bom senso educacional não mais recomenda as carreiras escolares rígidas,

---

48. MELLO, Guiomar Namo de. Corações Informados, Cabeças Feitas. Folha de São Paulo, 1999.

realizadas em áreas estanques de conhecimento, pouco preocupadas com a prática desde o início da formação profissional e cujo longo tempo de preparação não inclui o desenvolvimento da flexibilidade, criatividade e polivalência. Afinal, essas capacidades poderão ser os principais recursos de sobrevivência produtiva no mundo do trabalho dentro de poucas décadas.

A inserção flexível no mercado de trabalho, para fazer face às mudanças nas suas formas de organização e gestão, supõe capacidade de aprendizagem contínua, cujo desenvolvimento, não por acaso, é fixado como uma das principais finalidades da educação básica pela LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação). Para isso o conhecimento das ciências e o domínio das linguagens são imprescindíveis. Mas não como acúmulo puro e simples de fatos e habilidades e, sim, com o desenvolvimento de recursos intelectuais a serem mobilizados para agir, produzir, sobreviver, conviver em situações concretas.

Um currículo de ensino médio voltado para a constituição de competências deve também favorecer a interação entre os alunos e destes com os atores e as instituições sociais. Essa interação, indispensável para que o jovem viva a experiência de negociar seus significados, vai iniciá-lo na aprendizagem de uma prática social que será permanente na vida do cidadão do próximo milênio: a construção da inteligência coletiva. Esta última ganhará importância crescente na medida em que o valor relativo da produção de bens materiais vai diminuindo em face da produção de bens imateriais e o acesso à informação fica mais fácil e barato.

Considerando o panorama do mundo do trabalho e da cidadania que o próximo milênio sinaliza, só esse novo currículo apresenta alguma esperança de alcançar harmonia entre as duas dimensões indispensáveis da vida humana: intelectos sensíveis para acolher e usar os afetos e corações suficientemente informados, que não impeçam a racionalidade mesmo diante da violência e da segmentação presentes na vida social."

ESTUDO X RETORNO

Um dos maiores benefícios que a abertura econômica promovida pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo causou à população brasileira foi, a sua conscientização da necessidade de estudar mais para poder estar mais bem preparado para enfrentar o mercado internacional e, paralelamente a isto, manter seu emprego bem como melhor seus rendimentos.

A taxa média de desemprego, no Brasil, atingia os 8% em 1996. O índice aumenta para 9% quando a parcela da população observada tem apenas seis anos de estudo. No entanto, entre os que já concluíram o terceiro grau, o índice de desemprego cai para 2%. E, este número diminui para 1% para quem tem pós-graduação.

Existem exceções, mas estas são minorias e, a cada dia que passa torna-se cada

vez mais necessário um alto nível de instrução e conhecimentos para a obtenção e/ou manutenção de empregos, devido a globalização e aos avanços tecnológicos, ou ainda, para uma melhora significativa nos rendimentos recebidos.

O mercado de trabalho, a cada dia que passa, está tornando-se cada vez mais exigente e mais seletivo. Obrigando aos atuais e futuros empregados um investimento maciço na educação, é claro que a realização de cursos proporciona um retorno.

De acordo com Granato[49] uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que "quanto mais se estuda, maior é a chance de uma pessoa conseguir emprego, ganhar mais e fazer carreira bem-sucedida." O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) baseou-se em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com um milhão de pessoas, entre julho de 1997 e junho de 1998, em seis capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto alegre e Recife) e concluiu que as possibilidades de uma pessoa encontrar emprego dependem muito mais do que se imagina de sua escolaridade. Quem possui apenas o primeiro grau ou ainda não concluiu o ensino médio tem chances pouco maiores que as de um analfabeto na hora de buscar colocação. Naquela época um em cada dez brasileiros com esse nível de escolaridade estava sem emprego. O problema agrava-se porque com eles competem os jovens, que integram o maior grupo etário da população brasileira. Enquanto isso, quem possui alto nível de escolaridade desfruta de segurança quase igual aos Estados Unidos, Japão e a Inglaterra, países com as menores taxas de desemprego do mundo.

De acordo com a pesquisa os efeitos da educação sobre os salários são evidentes:

1. A remuneração aumenta cerca de 50% a cada etapa completada de estudo;
2. O maior salto ocorre quando uma pessoa obtém o curso superior. Neste caso, o Ipea observou que os profissionais ganham em média 128% mais que quem fez somente o colegial. Isso não é tudo;
3. Um curso de extensão universitária proporciona no Brasil salários 66% maiores do que os recebidos por quem ficou com o bacharelado;
4. Em média, os brasileiros que completam um curso de pós-graduação ganham 925% mais do que um trabalhador não qualificado.

O estudo conclui que a cada ano de estudo representa em média um aumento de 15% no contracheque.

Um fato alarmante identificado pela pesquisa é de que 64% dos brasileiros empregados não completaram o primeiro grau. Esse é o abismo que está na origem da

---

49. GRANATO, Alice. Estudar Vale Ouro. Revista Veja, São Paulo, p. 110-117, Set 98.

disparidade social no Brasil. Em média, os brasileiros têm sete anos de escolaridade. Ao passo que falta empregados graduados, a maioria da população ainda é obrigada a sujeitar-se a subempregos, sem carteira assinada ou benefícios trabalhistas e com grande carga horária de trabalho, para ganhar salários muito baixos.

Uma boa novidade é que estão acontecendo mudanças mesmo no patamar mais baixo da escala da educação e dos salários, aquele composto por analfabetos. A população brasileira está começando a perceber como o estudo faz diferença em suas vidas.

CRISE X RETORNO

De acordo Quaglio[50] foi realizada uma pesquisa pela consultoria multinacional Willian M. Mercer acerca do universo dos altos executivos de 61 indústrias no Brasil, descobrindo que, na média, as empresas tendem a manter os chamados incentivos de curto prazo para seus altos executivos, mesmo em tempos de crise.

Tal fato ocorre em primeiro lugar, porque a crise não afeta as empresas da mesma forma, mas, principalmente, porque trata-se de pessoas-chave para as empresas.

A pesquisa procurou informações apenas sobre quem ganha acima de 20 salários-mínimos, em indústrias que tiveram, em média, faturamento líquido de US$ 1,2 bilhão em 98. Não é muita gente. As empresas participantes empregam 280 mil funcionários e cerca 32.500 têm esse nível de renda. A pesquisa abrangeu 1.343 executivos.

O mercado de altos executivos ainda é muito limitado no Brasil, afirma o "headhunter" Guilerme Veloso, diretor da PMC Amrop, especializada na contratação de executivos. Eles são poucos, mas estão entre os mais bem pagos do mundo.

Mas, se a crise não maltrata os altos executivos industriais, a conta sobra para alguém. A empresa não vai, nem pode abrir mão de pessoas que se confundem com a própria história do negócio, que são "arquivos vivos", mas a tendência tem sido de enxugamento.

Também os reajustes são diferenciados. Enquanto diretores e gerentes de primeira e de segunda linhas receberam aumentos acima da inflação entre agosto de 98 e maio de 99, muitas categorias não têm conseguido repor a inflação e têm perdido benefícios. Essa, aliás, é uma tendência apontada pela pesquisa, quando o cenário é ampliado para o conjunto total da empresa.

Outro exemplo de alto retorno em tempos de crise é o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, citado por Cruz[51], "hoje, em retrospectiva, torna-se óbvio que, se o Brasil pode fazer e vender aviões a jato, é porque o país vem formando, ano após ano desde 1950,

---

50. QUAGLIO, Silvana. Crise não Reduz Ganho de Alto Executivo. Folha de São Paulo, p. 3, Ago 99.
51. CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Da Educação ao Avião. Folha de São Paulo, p. 1-3, Ago 99.

várias gerações de engenheiros capazes, educados dentro dos mais elevados padrões acadêmicos.”

Esses engenheiros criaram uma empresa, a Embraer, antes estatal e agora privada. A partir da competência e do esforço de seus profissionais, a empresa passou a ser reconhecida como uma das quatro mais importantes fábricas de aviões do mundo. Um dos visionários que nos proporcionaram esse feito foi o coronel Ozires Silva (formado no ITA, turma de 1962), criador da empresa.

Conforme Cruz, a “Embraer faturou perto de Us$ 1,2 bilhão com o ERJ-145, jato para linhas regionais. Recentemente, no salão de Le Bourget, na França, fechou contratos para vender vários outros modelos, inclusive um novo jato para 90 passageiros. Esses contratos somam hoje, como noticiado, mais de US$ 6 bilhões.”

Esse total não é pouca coisa: representa uma parcela considerável das exportações anuais brasileiras e uma fração significativa do PIB nacional. Mais: é um PIB construído a partir de um contínuo investimento em educação superior de qualidade, que permitiu ao país desenvolver tecnologia de ponta.

De acordo com a fonte supracitada o ITA custa ao contribuinte aproximadamente R$ 12 milhões por ano. O faturamento já contratado pela empresa equivale, a um câmbio de R$ 1,80 por dólar, a 900 anos de funcionamento da escola. Há algum investimento que renda mais? Dificilmente!

É óbvio que o investimento em ensino superior deve ser feito por muitas outras razões menos interesseiras ou contábeis. Mas esse caso ilustra que, mesmo pela ótica estreita de quem só quer valorizar o ensino superior pela riqueza material que possa gerar, o investimento é mais que justificado.

A Embraer continua a valorizar a tecnologia nacional. Acaba de firmar contrato com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o compromisso de aplicar R$ 737 milhões de recursos próprios em pesquisa e desenvolvimento nos próximos cinco anos, fazendo, portanto, jus à lei 8.661, que prevê a concessão de benefícios fiscais para empresas que invistam nessa área. Nesse caso, a renúncia fiscal será de R$ 130 milhões – portanto, R$ 1 do contribuinte para cada R$ 5,65 investidos pela empresa, um bom fator de multiplicação para o imposto a que se renuncia.

Nunca foi tão claro, quanto neste final de século, que o conhecimento é a principal fonte da riqueza das nações. Alguns países perceberam isso mais cedo, e o atualíssimo livro “A Riqueza e a Pobreza das Nações” de David Landes[52] traz uma completa argumentação sobre o papel central do conhecimento na geração de riqueza e competitividade nacional desde a Idade Média. Tornaram-se mais ricos os países que souberam criar um ambiente propício à criação e à disseminação do conhecimento e à sua aplicação na produção.

52. LANDES, DAVID. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

Diz Landes: “Instituições e cultura primeiro; a seguir o dinheiro, mas, desde o princípio e cada vez mais, o fator essencial e recompensador cabia ao conhecimento”. Vale destacar, sob pena de desiludir alguns dos destacados planejadores da economia brasileira, que conhecimento não se compra na banca da esquina ou nos países amigos. Conhecimento para competitividade se desenvolve em casa, com investimento (estatal e privado) em educação e pesquisa científica e tecnológica.

Os casos do ITA e da Embraer são exemplos a seguir: ensino superior bem realizado, somado a empresas que valorizam o conhecimento e o desenvolvimento tecnológico. Eis aqui uma combinação imbatível para gerar empregos e riqueza nacional.

BOLSAS DE ESTUDO

A reportagem de Falcão[53], menciona que “de cada 100 alunos de doutorado do país, apenas 0,7 está na região Norte e 3,8 estão no Nordeste. Já o Sudeste concentra 78,8% dos 30.302 doutorandos do Brasil.”

Embora detenha 28,5% da população do país, o nordeste recebe atualmente 14% das bolsas distribuídas pelo Ministério da Ciência e tecnologia.

O secretário de desenvolvimento Científico, Fernando Reinach, reconhece essa distorção e diz que isso acontece porque o governo distribui as bolsas de acordo com a qualidade dos projetos apresentados pelos pesquisadores.

No ano de 1998, 81,7% dos R$ 75,8 milhões destinados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para bolsas de doutorando foram abocanhados pelo Sudeste e apenas 0,6% pelo região Norte.

O Sudeste fica com a maior parte dos recursos porque concentra 77,7% dos 677 cursos de doutorado do país e 61,6% dos 1.275 de mestrado. Isso significa que, para cada 1 milhão de habitantes, há 19,86 cursos de pós-graduação no Sudeste. A média do Brasil é de 12,33 cursos por milhão de habitantes. No Nordeste, é de 4,87 por milhão.

PROBLEMAS ENCONTRADOS

Para Camargo[54] há vários problemas, procurar-se-á, nesta pesquisa, abordar os mais importantes. O primeiro problema que se encontra é o fato de a reforma do ensino superior ter precedido a reforma do secundário. Numa sequência lógica, o governo deveria primeiramente voltar a sua atenção para a base de nosso sistema, para, sobre ela, construir a nova edificação do ensino superior.

O segundo é que a Lei n.º 5.692 não trata das escolas maternais e jardins de

---

53. FALCÃO, DANIELA. Sudeste Concentra 78% dos Doutorandos. Folha de São Paulo, p. 4-4. 19Jul 99
54. CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de Problemas Brasileiros. 12ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.

infância. E todos nós sabemos que é antes da entrada da criança na 1ª série do 1º grau que a sua formação cerebral se faz. Quando ela chega à escola, sua inteligência já está quase que totalmente formada, com pouca ou nenhuma margem para uma modificação positiva, se o cérebro foi malformado por falta de nutrição adequada. E há uma tendência para o agravamento do problema com o aumento dos anos de escolaridade. Numa pesquisa feita e publicada na revista P&D, da SEPLAN, Cláudio de Moura Castro, do Instituto de Planejamento Econômico e Social, diz que "cada vez mais nos convencemos de que os jardins da infância e os cursos primários de horários mais prolongados são as variáveis cruciais em qualquer política educacional realmente ambiciosa, pois somente nessa idade é ainda possível e economicamente exequível influenciar o desenvolvimento cognitivo e da personalidade. Conclusões semelhantes, baseadas em evidência mais adequada, têm sido alcançadas por um número cada vez maior de estudiosos americanos". Se o homem é o principal capital de uma Nação, deveremos investir nele na idade em que se definirem as suas potencialidades físicas, morais e espirituais.

A formação do cérebro da pessoa começa no momento da concepção e, portanto, as mães em fase de gestação também devem ser alimentadas adequadamente. Para o Dr. Walter Joaquim dos Santos, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, a grande barreira para a solução do problema nutricional brasileiro é o nível de renda baixo, e não a produção de alimentos.

O terceiro problema é encontrado no tempo efetivo que a criança passa na escola. Ainda há muitas escolas no Brasil onde o aluno fica mais ou menos duas horas dentro de uma sala de aula com a presença do professor, o que acontece devido ao aumento da população escolar e à falta de previsão governamental para a construção de mais escolas. Se a escola tiver – quantas têm? – laboratórios ou oficinas, como fazer o aluno ali trabalhar e aprender?

O Ministro da Educação enviou Projeto de Lei ao Congresso para o aumento, já a partir de 1991, dos dias letivos de 180 para 200, o que equivale a mais um mês de aulas. Somente essa providência não vai resolver muita coisa, mas é um primeiro passo. A carga horária diária também deve ser aumentada. O quadro nº 14 que se segue, sinaliza a carga horária semanal de aulas e a quantidade de dias letivo durante o ano.

PAÍS	DIAS DE AULA NO ANO	HORAS DE AULA NA SEMANA
Japão	243	48
Coréia do Sul	220	40
Itália	208	35
Inglaterra	200	30
Alemanha	195	30
Nigéria	187	25
França	182	27
EUA *	180	30
Brasil	180	25
México	177	25

Quadro nº 14 - Dias e Horas Semanais de Aulas

* Obs.: Os 180 dias são uma média nacional dos EUA, pois cada Estado determina os seus dias letivos. Em 1990 o Congresso americano começou a estudar a possibilidade de aumentar em 30 dias o período de aulas, pois acreditam que o crescente poderio japonês está alicerçado nas 8 horas diárias que o jovem japonês estuda, 6 dias por semana, 243 dias do ano. A matemática que um jovem de 21 anos conhece nos EUA é a mesma que conhece um japonês de 15 anos de idade.

Fonte: Estudo de Problemas Brasileiros de Enjolras José de Castro Camargo, 12ª ed., São Paulo, Atlas.

Analisando o quadro acima verifica-se que quanto maior a carga horária bem como, a quantidade de dias letivos no ano, maior será o desenvolvimento de um País.

O quarto problema está no aproveitamento escolar dos alunos do ensino médio e fundamental. O índice de evasão escolar do 1º grau é de 80%, o que coloca o Brasil em situação parecida com a da Etiópia e do Paquistão.

No ensino médio, 29% largam a escola no 1º ano. A taxa de repetência chega a 22%. Segundo relatório do Banco Mundial, confidencial, mas publicado no Brasil pela imprensa, “o ensino público hoje no Brasil é fraco, com professores mal pagos e desmotivados, greves frequentes e burocracia em excesso”.

Por último considera-se a política salarial. Quando o tempo de permanência do aluno na escola foi encurtado, a política resolveu pagar o professor pela sua aula dada em sala, comprimindo o seu salário. Para compensar isso, o professor aumentou o número de aulas, lecionando em várias escolas diferentes. Por que não se paga o trabalho extraclasse dos professores: a preparação das aulas, o aperfeiçoamento cultural, a orientação do aluno, o atendimento até para resolver problemas de caráter pessoal, a montagem e correção de provas?

METODOLOGIA DA PESQUISA

HIPÓTESE

"A MANUTENÇÃO DO PODER ECONÔMICO DA REGIÃO SUDESTE EM FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO."

VARIÁVEIS (DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO)

Variável Independente: "A EDUCAÇÃO".

Variável Dependente: "DISTRIBUIÇÃO DE RENDA".

Segundo Rosemberg[1] Variável Independente é "quando a variável existe naturalmente, em decorrência da hipótese. Ela influencia ou afeta outra variável. Trata-se de uma relação causal, não no aspecto de "forçar" ou "produzir" resultados, mas sim de ser necessária para que os resultados se produzam."

Variável Dependente, segundo Oliveira[2] "é aquela que sofre a ação da variável independente, ou seja, são aquelas variações a serem explicadas ou descobertas em virtude de terem sido afetadas pela variável independente."

OBJETIVOS

O presente estudo desenvolvido tem por objetivo demonstrar que a Educação é um dos mecanismos mais eficientes e eficazes que se dispõe para a redução das desigualdades de distribuição de renda entre as regiões brasileiras, sem no entanto, sobrecarregar o Estado. Além disso, possibilita um fortalecimento da cultura e da identidade brasileiras frente a modismos internacionais muito comuns com o advento da globalização.

MÉTODO

A confecção deste trabalho concentrou-se basicamente na revisão bibliográfica da literatura específica sobre o assunto.

Utilizou-se também de Técnicas de Observação Direta Intensiva que consistem em se utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, mas, também, em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar, em complemento a bibliografia existente.

O universo pesquisado considerou todas os grupos educacionais brasileiros independentemente da idade escolar pois, em função da competitividade global vigente

---

1. ROSEMBERG, Morris. A lógica da Análise de Levantamento de Dados. São Paulo: Cultrix,,1976.
2. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo, Pioneira, 1997, p. 87.

exige-se uma atualização constante independente de idade, sexo, cor, credo ou qualquer outra segmentação.

RESULTADOS DA PESQUISA

O exame dos dados estatísticos obtidos neste trabalho permite constatar que a esmagadora maioria de crianças e jovens no Brasil, na década de 80, teve acesso à escola. Portanto, se na década de 90 permaneceram elevadas as taxas de absenteísmo escolar, especialmente no grupo etário de 15 a 17 anos, as razões para isso não parecem decorrer da falta de vagas na rede de ensino. Antes e como sugerem diversas análises, elas estariam articuladas principalmente aos métodos e conteúdos prevalecentes no atual sistema escolar e responsáveis por altíssimas taxas de repetência dos alunos.

No contexto da crise do Estado e do bem-estar social, da nova revolução tecnológica-científica e da global reformulação político-econômica entre blocos de países, o grande desafio que se coloca para a sociedade brasileira é, portanto, a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços escolares, já quantitativamente assegurados à população.

Poder-se-á assentar uma estratégia antipobreza por meio do:

a. uso produtivo do principal ativo dos pobres, o seu trabalho; e

b. seu acesso à infraestrutura social (serviços básicos de educação fundamental, saúde e nutrição, elementos que garantiriam um mínimo de bem-estar para as famílias em condições de pobreza absoluta).

Como resultado do trabalho realizado, identificou-se que o Brasil é um dos países que possui maior mobilidade social. Segundo o IBGE, cinco por cento das chances de ascensão se encontram nas cidades do interior do país, bafejadas por novas indústrias e toda coleção de atividades e empregos que elas arrastam consigo, como hospitais, escolas e bancos. Outros lugares privilegiados foram Estados novos, como Mato Grosso do Sul e Tocantins, que abriram uma quantidade imensa de vagas na administração pública, além de um lote considerável de postos no setor privado.

Existem outros fatores de valor universal já identificados por quem se dedica a estudar o assunto. A maioria dos psicólogos concorda que uma inteligência altíssima é menos relevante do que outro traço de caráter – a persistência, a capacidade de enfrentar e vencer dificuldades que surgem.

Porém, para ocorrer uma mobilidade social ascendente a educação fornece 75% das chances, e a herança paterna 20%, mas, esses dois fatores se confundem, haja vista que o dinheiro ajuda a pagar boas escolas. O lugar onde a pessoa luta para subir também tem importância no processo.

Os quadros e gráficos que se seguem demonstram que o Sudeste tende a manter seu poder econômico, além de manter uma melhor distribuição de renda, em função de

uma maior possibilidade de mobilidade social calcada na educação.

O Quadro nº 15 a seguir apresenta as taxas de analfabetismo e de escolarização do Brasil, por grandes regiões, no ano de 1996.

Educação – 1996						
	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade			Taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	14,7	14,5	14,8	91,2	90,6	91,6
Região Norte Urbana*	11,6	11,2	11,9	92,1	92,1	92,2
Região Nordeste	28,7	31,1	26,6	86,4	84,8	88,0
Região Sudeste	8,7	7,5	9,9	94,1	93,9	94,3
Região Sul	8,9	7,8	9,9	93,6	94,1	93,0
Região Centro-Oeste	11,6	11,3	11,8	92,9	92,5	93,4

Quadro nº 15 - Indicadores Sociais Mínimos – Educação e Condições de Vida

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18. 1998.

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Do quadro nº 15 pode-se verificar que, o analfabetismo a longo prazo, se nada mudar na política governamental, deve ser erradicado do País. Sendo que a região Sudeste seria a primeira a obter este fato (caso venha permanecer estáveis as variáveis influenciadoras).

O gráfico nº 3 a seguir apresenta os Indicadores Sociais Mínimos – Educação e Condições de Vida (por Grandes Regiões) extraído do quadro da página 75.
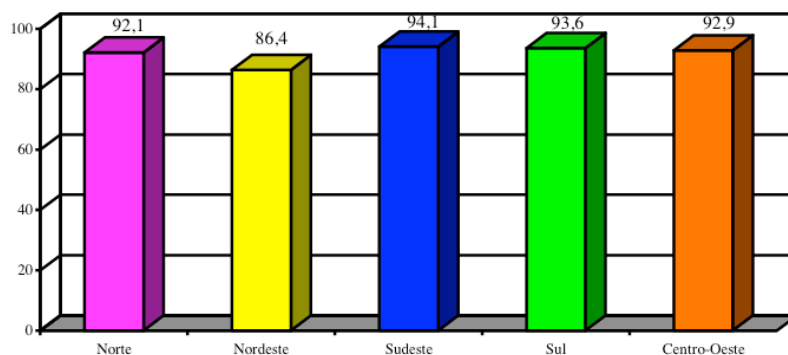
Gráfico nº 3 - Indicadores Sociais Mínimos – Educação e Condições de Vida (Por Grandes Regiões)

Grandes Regiões		Taxa de Escolarização
1 – Região Norte*		92,1%
2 - Região Nordeste		86,4%
3 – Região Sudeste		94,1%
4 – Região Sul		93,6%
5 – Região Centro-Oeste		92,9%

Gráfico nº 3 - Indicadores Sociais Mínimos – Educação e Condições de Vida

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Elaboração: Instituto de Pesquisas Econômicas.

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Neste gráfico, pode-se observar que quanto maior a taxa de escolarização de uma determinada região maior seu poder econômico.

O quadro nº 16 a seguir, trata da média de Anos de Estudo das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade por Sexo e Cor – 1996.

	Média de Anos de estudo				
	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta e Parda
Brasil	5,3	5,2	5,4	6,2	4,2
Região Norte Urbana*	5,2	4,9	5,4	6,3	4,7
Região Nordeste	3,9	3,6	4,2	4,8	3,5
Região Sudeste	6,0	6,0	6,0	6,6	4,9
Região Sul	5,8	5,8	5,8	6,0	4,3
Região Centro-Oeste	5,5	5,2	5,6	6,3	4,7

Quadro nº 16 - Média de Anos de Estudo das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade por Sexo e Cor - 1996

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996 (CD-ROM). Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No quadro nº 16 verifica-se que quanto maior a média de anos de estudo maior é o poder econômico e maior é a renda per capita, da região.

O gráfico nº 4 a seguir é uma representação do quadro nº 16, visando facilitar o entendimento.

Média de Anos
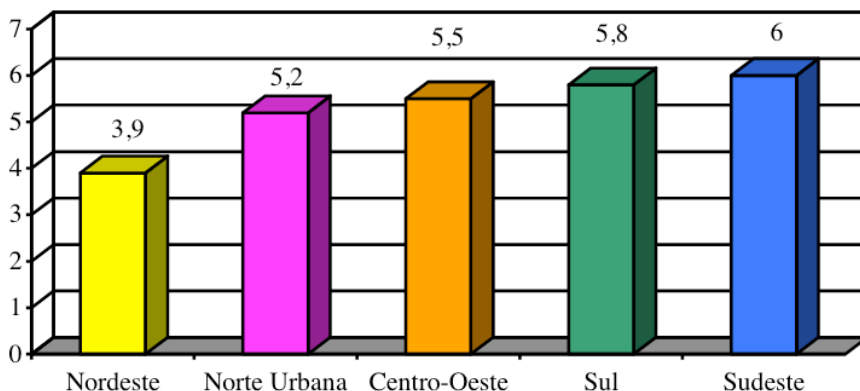
Gráfico nº 4 - Média de Anos de Estudo das Pessoas de 10Anos ou Mais de Idade – 1996 (Por Grandes Regiões)

De Estudo

Grandes Regiões	Média de Anos de Estudo
Nordeste	3,9
Norte Urbana	5,2
Centro-Oeste	5,5
Sul	5,8
Sudeste	6,0

O gráfico nº 4 permite uma melhor visualização da diferença entre as regiões brasileiras em função da média de anos de estudo bem como, do seu poder econômico.

A seguir é apresentado o quadro nº17, que aborda as Famílias por Classes de Rendimento Médio Mensal* Familiar – 1996.

Famílias Por Classes de Rendimento Médio Mensal* Familiar - 1996						
	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rendimento
Brasil	22,9	29,2	21,0	12,5	8,4	3,7
Região Norte Urbana**	23,1	31,4	20,7	12,0	6,4	5,1
Região Nordeste	40,6	30,2	11,9	5,4	3,6	5,1
Região Sudeste	14,1	27,4	25,4	16,6	11,4	2,9
Região Sul	17,8	30,5	24,9	13,9	8,7	2,6
Região Centro-Oeste	21,7	32,1	20,0	11,5	8,7	4,3

Quadro nº 17 - Famílias Por Classes de Rendimento Médio Mensal* Familiar - 1996

Fonte – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. p. 183 (tabela 7.4.1).

*em classes de salário-mínimo. Valor do Salário-Mínimo em setembro de 1996: R$ 120,00.

** – Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

*** Exclusive os sem declaração de renda.

O quadro nº 17 permite a construção dos três gráficos a seguir apresentados.

O gráfico nº 5 a seguir, apresenta o rendimento mensal maior de 5 até 10 salários-mínimos, por grandes regiões brasileiras de 1996.
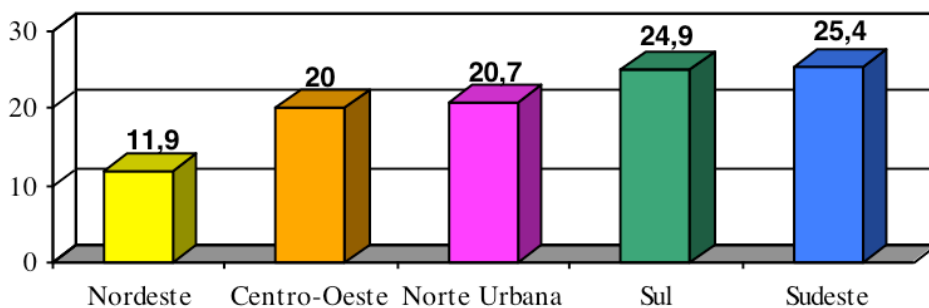
Gráfico nº 5 - Famílias Com Rendimento Médio Mensal Maior de 5 até 10 Salários Mínimos - 1996 (por Grandes Regiões)

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Grandes Regiões	% de Famílias com Rendimento Médio Mensal Maior de 5 até 10 Salários-Mínimos
Região Nordeste	11,9%
Região Centro-Oeste	20,0%
Região Norte Urbana*	20,7%
Região Sul	24,9%
Região Sudeste	25,4%

O gráfico nº 5 permite a observação da quantidade percentual de pessoas correlacionadas com a quantidade de salários-mínimos, no Brasil e, por grandes regiões no ano de 1996. Fato que vem corroborar com o tema deste trabalho, pois a região Sudeste possui a maior e melhor distribuição de renda do País.

A seguir o gráfico nº 6, apresenta o rendimento médio mensal maior de 10 até 20 salários-mínimos, por grandes regiões de 1996.
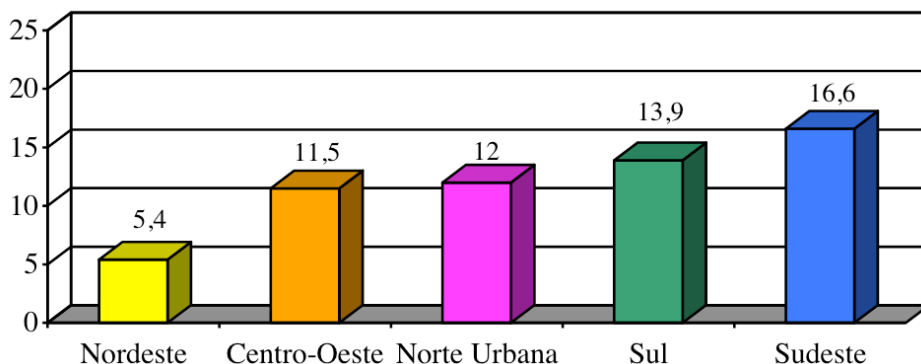
Gráfico nº 6 - Famílias Com Rendimento Médio Mensal Maior de 10 até 20 Salários Mínimos 1996 (por Grande Região)

Grandes Regiões	% das Famílias com Rendimento médio Mensal Maior de 10 até 20 Salários-Mínimos
Região Nordeste	5,4%
Região Centro-Oeste	11,5%
Região Norte Urbana*	12,0%
Região Sul	13,9%
Região Sudeste	16,6%

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No gráfico nº 6 da página 108, observa-se a superioridade percentual da região Sudeste, no que tange a distribuição de renda no nicho em consideração (de 10 a 20 sal min). Reforçando sua posição em relação às demais regiões.

A seguir, o gráfico nº 7 trata das famílias com rendimento médio mensal maior de 20 salários-mínimos no Brasil, por grandes regiões no ano de 1996.
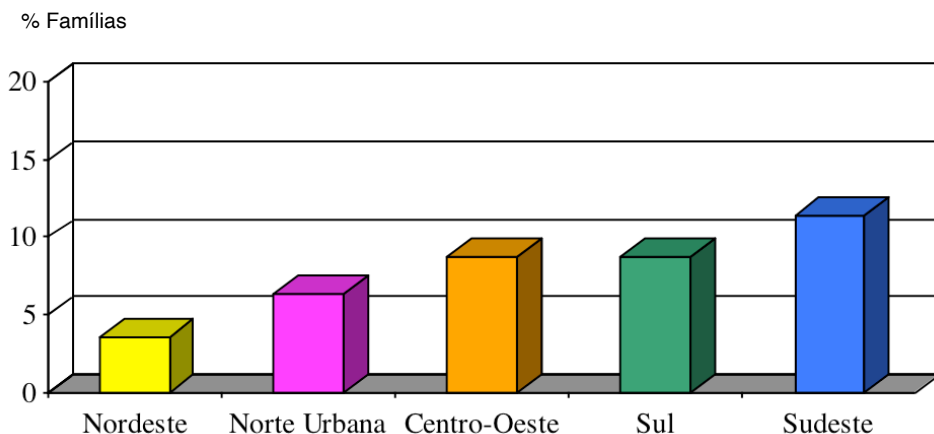
Gráfico nº 7 - Famílias Com Rendimento Médio Mensal Maior de 20 Salários-Mínimos por Grande Região - 1996

Grandes Regiões	% das Famílias com Rendimento Médio Mensal Maior de 20 Salários-Mínimos por Região
Região Nordeste	3,6%
Região Norte Urbana*	6,4%
Região Centro-Oeste	8,7%
Região Sul	8,7%
Região Sudeste	11,4%

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O gráfico nº 7 da página 109 permite a confirmação de que a região Sudeste mantém a melhor distribuição de renda que as demais regiões. Fato que contribui para a manutenção do seu poder econômico.

CONCLUSÃO

Os gráficos e quadros a seguir foram confeccionados com base nos dados apresentados neste trabalho, demonstrando de diversas formas como a Região Sudeste mantém o poder econômico em relação as demais regiões brasileiras, levando-se em consideração a variável educação.

O gráfico nº 8 trata da Distribuição das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, por Grandes regiões, Segundo Grupos de Anos de Estudo do ano de 1996.
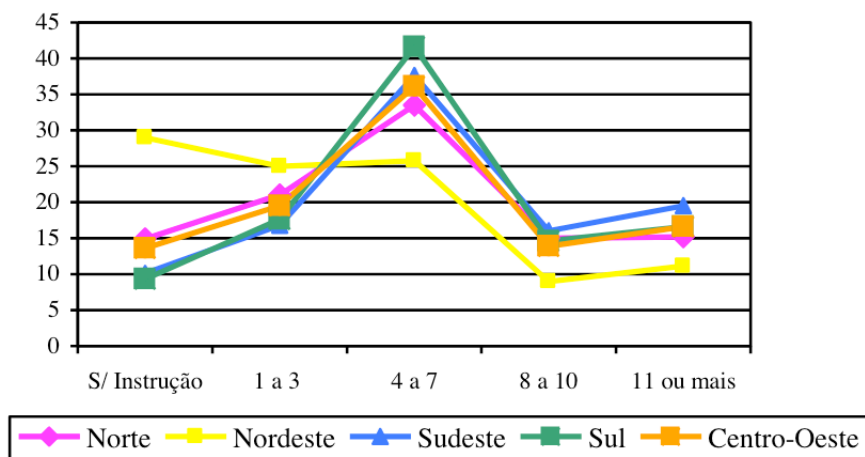
Gráfico nº 8 - Distribuição das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Grandes Regiões, Segundo Grupos de Anos de Estudo 1996

Grandes Regiões	Grupos de Anos de Estudo				
	S/ Instrução	De 1 a 3 Anos de Estudo	De 4 a 7 anos de Estudo	De 8 a 10 Anos de Estudo	11 ou mais Anos de Estudo
Norte	14,9%	21,0%	33,5%	15,0%	15,2%
Nordeste	29,0%	25,0%	25,8%	9,0%	11,1%
Sudeste	10,1%	16,8%	37,6%	16,0%	19,5%
Sul	9,3%	17,6%	41,6%	14,6%	16,6%
Centro-Oeste	13,6%	19,5%	36,1%	13,9%	16,6%

Fonte: www.ibge.gov.br/informacoes/pnad/sint97/tabelas/t3.2.2htm

Por meio do gráfico nº 8 verifica-se que a Região Sudeste, no ano de 1996, possui o maior contingente populacional, em relação as demais regiões brasileiras, dado

diretamente proporcional a quantidade de anos de estudo do contingente estudado.

A seguir apresenta-se o gráfico nº 9, que aborda a Distribuição das Pessoas de 10 anos ou mais de Idade, por Grandes Regiões, segundo Grupos de Anos de Estudo do ano de 1997.
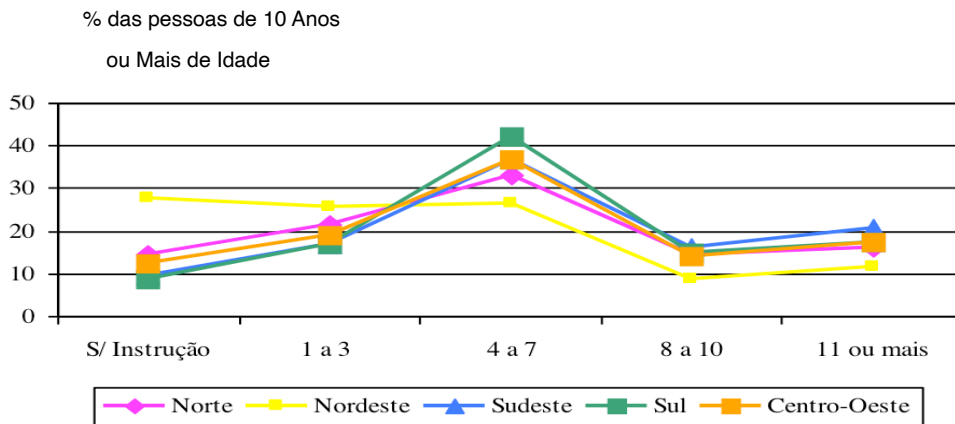
Gráfico nº 9 - Distribuição das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Grandes Regiões, Segundo Grupos de Anos de Estudo - 1997

Grandes Regiões	Grupos de Anos de Estudo				
	S/ Instrução	De 1 a 3 Anos de Estudo	De 4 a 7 Anos de Estudo	De 8 a 10 Anos de Estudo	11 ou mais Anos de Estudo
Norte	14,5%	21,5%	32,9%	14,6%	16,1%
Nordeste	27,8%	25,5%	26,4%	8,5%	11,6%
Sudeste	9,6%	16,8%	36,9%	16,0%	20,5%
Sul	8,7%	17,0%	42,0%	14,7%	17,2%
Centro-Oeste	12,6%	19,0%	36,6%	14,1%	17,5%

Fonte: www.ibge.gov.br/informacoes/pnad/sint97/tabelas/t3.2.2.htm

O gráfico nº 9 permite visualizar que a região Sudeste concentra maior número de pessoas com nível de instrução mais elevado, o que permite dizer que possui uma renda também maior.

A seguir o gráfico nº 10, que aborda as Pessoas Ocupadas de 10 Anos ou mais de Idade por Anos de Estudo de 1996 (por Grandes Regiões)
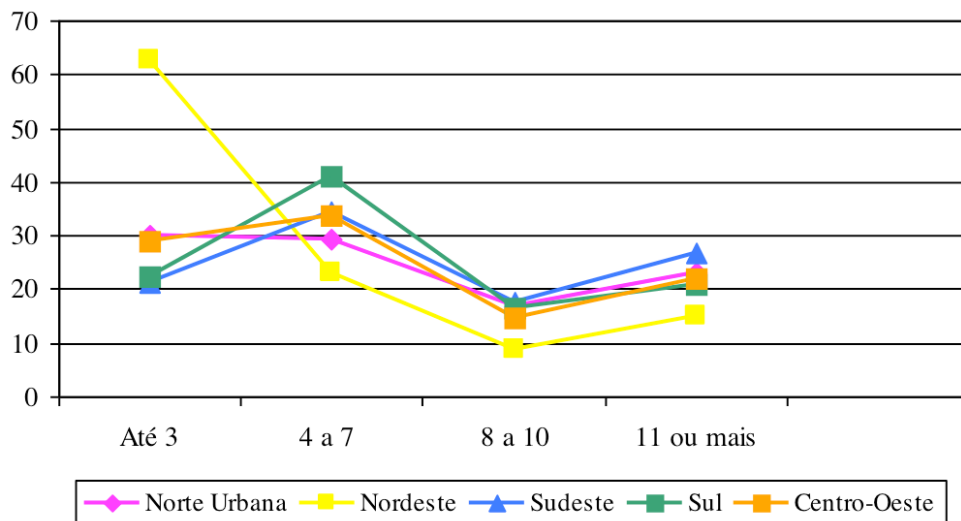
Gráfico nº 10 - Pessoas Ocupadas de 10 Anos ou Mais de Idade por Anos de Estudo – 1996 (por Grande Região)

Grandes Regiões	Grupos de anos de Estudo			
	Até 3 Anos	De 4 a 7 Anos	De 8 a 10 Anos	11 ou Mais
Região Norte Urbana*	30,0%	29,3%	17,0%	23,2%
Região Nordeste	62,7%	23,1%	8,9%	15,2%
Região Sudeste	21,3%	34,3%	17,5%	26,8%
Região Sul	22,3%	40,9%	16,4%	21,0%
Região Centro-Oeste	29,1%	33,6%	14,8%	22,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores, 1996, Rio de Janeiro: IBGE, 1997, p. 82 (tabela 4.4.2).

* Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O gráfico nº 10 indica que a região Sudeste emprega maior contingente conforme mais anos de estudo possuir e informa o inverso também; tudo em comparação com as demais regiões brasileiras.

A seguir mostrar-se-á o gráfico nº 11, que trata da média de anos de Estudo das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade X Renda em Salários-Mínimos (por Grandes Regiões).

Quantidade de

Salários-Mínimos
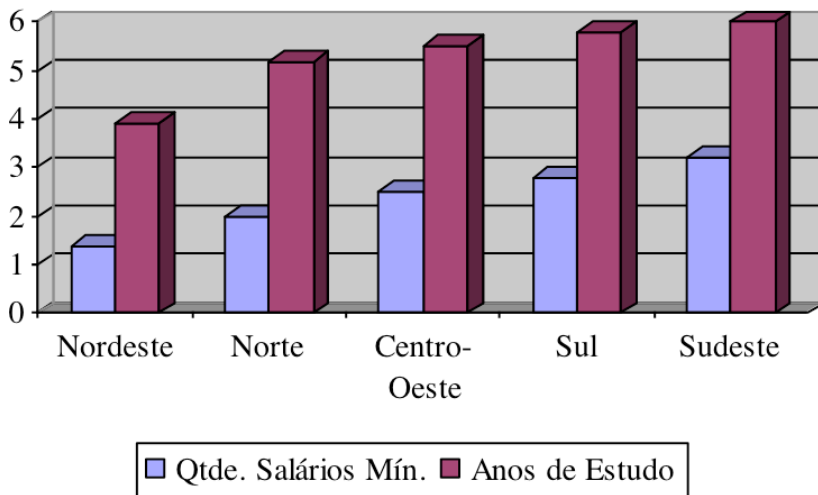
Gráfico nº 11 - Média de Anos de Estudo das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade X Renda em Salários-Mínimos (por Grandes Regiões)

Grandes Regiões									
Nordeste		Norte		Centro-Oeste		Sul		Sudeste	
Qtde de Sal Min	Anos de Estudo	Qtde de Sal Min	Anos de Estudo	Qtde de Sal Min	Anos de Estudo	Qtde de Sal Min	Anos de Estudo	Qtde de Sal Min	Anos de Estudo
1,4	3,9	2,0	5,2	2,5	5,5	2,8	5,8	3,2	6,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1996 (CD-ROM). Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

Por meio do gráfico nº 11, constata-se que a região Sudeste possui uma melhor distribuição de renda em comparação as outras regiões brasileiras.

Apresenta-se o gráfico nº 12 que se segue, sendo o mesmo sobre o Rendimento Médio Mensal Real, em Reais, das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por antigas Grandes Regiões de 1997. Este gráfico foi construído baseado no quadro nº 8 da página 66.
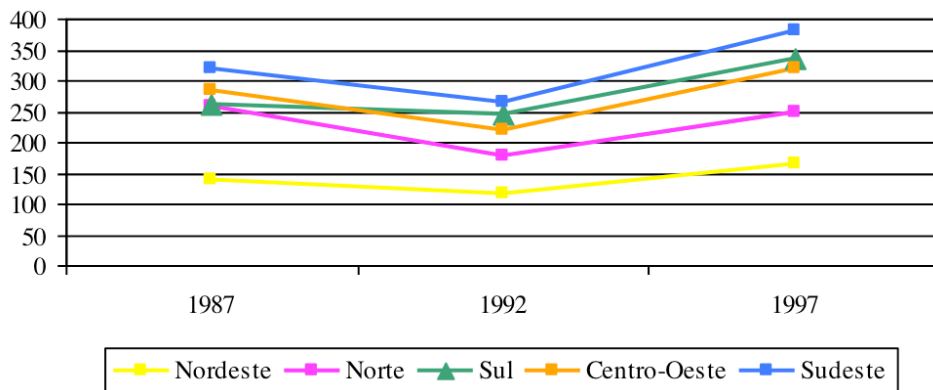
Gráfico nº 12 - Rendimento Médio Mensal Real, em Reais, das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, por Antigas Grandes Regiões - 1997

Grandes Regiões									
Nordeste		Norte		Sul		Centro-Oeste		Sudeste	
R	Ano	R	Ano	R	Ano	R	Ano	R	Ano
138,00	1987	258,00	1987	260,00	1987	284,00	1987	318,00	1987
117,00	1992	177,00	1992	244,00	1992	219,00	1992	264,00	1992
164,00	1997	247,00	1997	335,00	1997	319,00	1997	382,00	1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1987-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11-19, n. 1, 1988-1998.

Do gráfico nº 12 conclui-se que a região Sudeste, no período de 1987 a 1997, manteve os maiores rendimentos, o que permite dizer que esta possui a melhor distribuição de renda do país.

O gráfico de nº 13, a seguir, mostra o rendimento Mensal Real, em salários-mínimos, das pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por antigas Grandes Regiões de 1997.
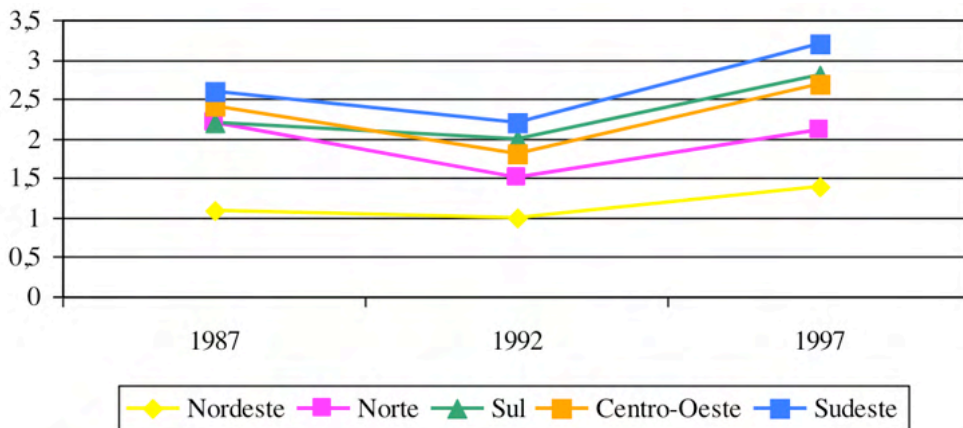
Gráfico nº 13 - Rendimento Médio Mensal Real, em Salários-Mínimos, das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade, por Antigas Grandes Regiões - 1997

Grandes Regiões									
Nordeste		Norte		Sul		Centro-Oeste		Sudeste	
R	Ano	R	Ano	R	Ano	R	Ano	R	Ano
1,1	1987	2,2	1987	2,2	1987	2,4	1987	2,6	1987
1,0	1992	1,5	1992	2,0	1992	1,8	1992	2,2	1992
1,4	1997	2,1	1997	2,8	1997	2,7	1997	3,2	1997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1987-1997. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11-19, n. 1, 1988-1998.

O gráfico nº 13 permite a observação nítida da superioridade da região Sudeste frente as demais regiões no que tange ao rendimento o que denota a melhor distribuição que ocorre naquela.

Do exposto, deduz-se que a realidade é clara: o fosso educacional torna o Brasil um país injusto e com um contingente enorme de pobres. Esta é sem dúvida uma questão que deve ser resolvida pela sociedade brasileira, caso contrário ocorrerá um maior distanciamento entre as Regiões Brasileiras podendo-se com isto, intensificar as tensões sociais já existentes.

Outro problema grave constatado é a subescolarização dos segmentos menos produtivos e mais pobres da sociedade, num reconhecimento explícito da correlação verificada entre sua educação e baixos níveis de renda. Problema que reside na falta de eficácia das redes educacionais e na eficiência dos processos de ensino empregados.

A longo prazo, observa-se que a educação é a forma mais democrática e ampla que permite à população tornar-se mais produtiva e, consequentemente, melhorar a renda

e/ou manter seus empregos; além disso, contribui para reduzir o grau de incerteza sobre o fluxo dos rendimentos da população brasileira.

Por outro lado, observa-se também que a pesquisa realizada corrobora com o que Bacha[1] constatou: "que uma política educacional particularmente voltada para o ensino fundamental, sem prejuízo de outras medidas, inclusive de natureza assistencial, é o caminho mais eficaz para reduzir, a médio prazo, os elevados padrões de desigualdade prevalecentes no país."

Além disso, ela vai ao encontra ao que Camargo[2] propôs como solução:

1. "preocupação do Estado com a futura criança, desde a sua formação, preparando-a para a aprendizagem intelectual, com um cérebro bem formado;
2. educação moral, espiritual e cívica;
3. educação pré-primária e continuação da preocupação de nutrição;
4. melhorar qualitativamente a educação do ensino fundamental e iniciar logo o processo de orientação vocacional científica;
5. estímulo à pesquisa no ensino de modo geral;
6. política salarial condigna com a situação social do professor de todos os níveis do ensino;
7. aprimoramento da formação de professores de todos os níveis;
8. equipar as escolas adequadamente."

Verifica-se assim que, o presente trabalho vem a corroborar para a ideia de que a educação, além de ser a forma mais democrática dos mecanismos existentes para a melhor distribuição de renda, é uma das variáveis que contribuem para a manutenção e/ou elevação da mesma.

1. BACHA, Edmar Lisboa. Política Econômica e Distribuição de Renda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
2. CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de Problemas Brasileiros. 12ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

BACHA, Edmar Lisboa. Política Econômica e Distribuição de Renda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

BARROS, R. e VARANDAS, S. A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil. Revista da Anpec, Ano X, nº 12, 1987.

BLANK, R. Disaggregating the Effect of the Business Cycle on the Distribution of Income. Economica, nº 56, p. 141-163, 1987.

BRANCO, Roberto da Cunha Castello. Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, EPGE/FGV,1977.

CASTRO, Simone Maria de. Distribuição de Renda e mobilidade Social: Uma Abordagem Teórica. Monografia – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco.

CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de Problemas Brasileiros. 12ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.

CHAHAD, José Paulo & LUQUE, Carlos Antonio. Políticas Econômicas, Emprego e Distribuição de Renda na América Latina. Instituto de Pesquisas Econômicas. São Paulo, 1984.

CLINE, William. Consequence of Land Reform in Brazil. North-Holland Publishing Company, Amsterdam, 1970.

DAVEL, Lerth R. G. Tratado de Ensino Educacional. 2ª ed. Espiríto Santo, Vitória. Editado pelo autor. 1995.

FAY, J. A., e MEDOFF, J. L. Labor and output over the business cycle. American Economic Review, v. 75, nº 4, p. 638-655, Sept. 1985.

FLORES, Edmundo. Issues of Land Reform. Journal of Political Economy, vol. 78, julho/agosto 1970, p. 890.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado. 6ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991.

GIBBON, Virgílio Horácio Samuel. A Distribuição de Renda e Mobilidade Social: A Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

HÜBNER, Maria Martha. Ciência e Pesquisa em Psicologia: Uma Introdução. 2ª ed., São Paulo, E.P.U, 1984.

JAIN, Shai. Size Distribution of Income: A Compilation of Data. Washington, D. C.:World Bank, 1975.

KAKWANI, N. Measurement of poverty and negative-income tax. Washington, D. C. World Bank Development Research Center, 1975.

KUZNETS, Simon. Modern Economic Growth. New Haven: Yale Yuniversity Press, 1966.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. American Economic Review, v. 45, nº 1, p.1-28, 1955.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 1996.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

LAM, D. e LEVISON, D. Age, experience and schooling earnings inequality in U.S. and Brazil. University of Michigan, Population Studies Center, 1987.

LAM, D. & LEVISON, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. Ann Arbor: University of Michigan/Population Studies Center, 1989 (Research Report, 89-163).

LIMA, Manolita Correia. Indicações Sobre a Construção do Projeto de Pesquisa, apresentação Escrita e Defesa Oral do Relatório de Pesquisa. Independente, 1996.

MACEDO, R. Os Salários Nas Empresas Estatais. Ed. Nobel, 1985.

MORLEY, Samuel A. & WILLIAMSON, Jeffrey G. Growth wage policy and inequality: Brazil during the sixties. University of Wisconsin, Social Systems Research Institute, July 197, mimeogr.

NETTO, Antônio Delfim. Alguns Aspectos da Inflação Brasileira. Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES). São Paulo, 1965.

OLIVEIRA, Jane Souto de. O Traço da Desigualdade Social no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo, Pioneira, 1997.

PASCHAROPOULOS, G. Returns to education: an updated international comparison. Comparative Education Review, nº 17, p. 321-341, 1981.

PROCIANOY, Jairo Laser. Instrumentos Inovadores na Captação de Recursos: As Ações Preferenciais Resgatáveis. Porto Alegre, 1991, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PULLIAS, Earl V. A Arte do Magistério. Rio de Janeiro. Zahar Editores 1976.

RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. A Distribuição de Rendimentos: 1976/85. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

REIS, J. G. A. e BARROS, R. P. de. Desigualdade Salarial e Distribuição de Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1989.

ROSEMBERG, Morris. A Lógica da Análise de Levantamento de Dados. São Paulo, Cultrix, 1976.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 6ª ed., São Paulo, Best Seller, 1989.

SENNA, J. J. Schooling, job experience and earning in Brazil. Tese de Doutoramento não-publicada. The John Hopkins University, 1975.

SAVEDOFF, W. The Stability of Regional Wage Diferentials in Brazil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico.20ª ed., São Paulo, Cortez, 1996.

THUROW Lester. Generating Inequality. New York: Basic Books, 1975.

United Nations. Department of Economic and Social Affairs, The Future of the World Economy. New York, 1976.

VASCONCELLOS, Marco Antonio & GARCIA, Manuel E. Fundamentos de Economia. São Paulo, Saraiva, 1998.

WILES, Peter. Distribution of Income: East and West. Amsterdam: NorthHolland, 1974.

SOBRE O AUTOR

ÁLVARO FRANCISCO FERNANDES NETO - Possui graduação em Administração pela Escola Superior de Administração de Negócios (1996), curso de aperfeiçoamento em Didática do Ensino Superior (1998), mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999), MBA em Marketing pela Universidade Nove de Julho (2016) e Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Iniciou em 2020 o curso de Pós-Doutorado em Administração. Atualmente está lecionando no Centro Universitário Unipaulistano. Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Teorias da Administração, Marketing, Gestão de Marcas, Comportamento do Consumidor, Segmentação de Mercado, Recursos Humanos, Processos Organizacionais, Administração Estratégica, Desenvolvimento de Planos de Negócios, Empreendedorismo, Simulação de Negócios, Gestão do Conhecimento, Ética, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado.

EDUCAÇÃO DA REGIÃO SÚDESTE:

Fator de manutenção do poder econômico

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

Fator de manutenção do poder econômico

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021